

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	73
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	74
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	75
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	574.439
Preferenciais	0
Total	574.439
Em Tesouraria	
Ordinárias	36
Preferenciais	0
Total	36
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	2.420.635	2.588.231
1.01	Ativo Circulante	274.437	288.691
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	23.996	17.925
1.01.01.01	Caixa e Bancos	21	128
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	23.975	17.797
1.01.02	Aplicações Financeiras	62.050	70.167
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	62.050	70.167
1.01.02.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	62.050	70.167
1.01.03	Contas a Receber	177.119	190.056
1.01.03.01	Clientes	149.031	161.968
1.01.03.01.01	Valores a Receber de Clientes	139.744	152.886
1.01.03.01.02	Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos	147	10
1.01.03.01.03	Direitos de Créditos Autônomos	9.115	9.042
1.01.03.01.04	Contrato de Opções Flexíveis-Venda	25	30
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	28.088	28.088
1.01.03.02.01	Credit Suisse	28.088	28.088
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.802	8.133
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.802	8.133
1.01.06.01.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.802	8.133
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.470	2.410
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	2.347	2.347
1.01.08.01.01	Imóveis para Venda	2.347	2.347
1.01.08.03	Outros	123	63
1.01.08.03.01	Outras Contas	123	63
1.02	Ativo Não Circulante	2.146.198	2.299.540
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.979.387	2.169.183
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	77.422	115.152
1.02.01.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	77.422	115.152
1.02.01.04	Contas a Receber	1.881.408	2.025.020
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	1.861.426	1.999.193
1.02.01.04.03	Contrato de Opções Flexíveis-Venda	19.982	25.827
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	20.557	29.011
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	2.532	2.664
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	18.025	26.347
1.02.02	Investimentos	166.765	130.307
1.02.02.01	Participações Societárias	166.765	130.307
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	166.765	130.307
1.02.03	Imobilizado	45	48
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	45	48
1.02.03.01.01	Imobilizado	45	48
1.02.04	Intangível	1	2
1.02.04.01	Intangíveis	1	2
1.02.04.01.02	Intangível	1	2

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	2.420.635	2.588.231
2.01	Passivo Circulante	119.244	142.163
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.375	1.082
2.01.01.01	Obrigações Sociais	214	245
2.01.01.01.01	Encargos Trabalhistas	214	245
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.161	837
2.01.01.02.01	Obrigações Trabalhistas	1.161	837
2.01.02	Fornecedores	226	186
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	226	186
2.01.02.01.01	Fornecedores	226	186
2.01.03	Obrigações Fiscais	317	3.309
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	316	3.308
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	517
2.01.03.01.02	Impostos a Recolher	316	2.791
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1	1
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	1	1
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	88.121	108.257
2.01.04.02	Debêntures	88.121	108.257
2.01.04.02.01	Debêntures	54.172	62.387
2.01.04.02.02	Contrato de Opções Flexíveis-Compra	33.949	45.870
2.01.05	Outras Obrigações	29.205	29.329
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	332	56
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	332	56
2.01.05.02	Outros	28.873	29.273
2.01.05.02.04	Obrigações por Repasse	28.873	29.273
2.02	Passivo Não Circulante	1.842.692	1.914.712
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.834.133	1.904.574
2.02.01.02	Debêntures	1.834.133	1.904.574
2.02.01.02.01	Debêntures	1.468.098	1.467.408
2.02.01.02.02	Contrato de Opções Flexíveis-Compra	366.035	437.166
2.02.02	Outras Obrigações	2.360	2.427
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.160	2.160
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	2.160	2.160
2.02.02.02	Outros	200	267
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	200	267
2.02.03	Tributos Diferidos	6.199	7.711
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.199	7.711
2.03	Patrimônio Líquido	458.699	531.356
2.03.01	Capital Social Realizado	1.203.637	1.186.637
2.03.01.01	Capital Social Realizado	1.203.637	1.186.637
2.03.04	Reservas de Lucros	-5	-5
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-5	-5
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-758.553	-671.833
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	13.620	16.557
2.03.06.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	13.620	16.557

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	11.879	19.653
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-56.414	-54.733
3.03	Resultado Bruto	-44.535	-35.080
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-42.804	-129.367
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.498	-2.086
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-40.672	-127.292
3.04.03.01	Resultado de Ajustes a Valor Justo	-53.964	-140.393
3.04.03.02	Perdas/Ganhos na Recuperação de Direitos Creditórios	13.502	12.995
3.04.03.03	Perdas/Ganhos na Recuperação de Participações Acionárias	-210	106
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	366	11
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-87.339	-164.447
3.06	Resultado Financeiro	619	1.457
3.06.01	Receitas Financeiras	622	1.464
3.06.01.01	Receitas Financeiras	622	1.464
3.06.02	Despesas Financeiras	-3	-7
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-3	-7
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-86.720	-162.990
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-86.720	-162.990
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-86.720	-162.990
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,15096	-0,28374

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-86.720	-162.990
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-2.937	-23.008
4.02.01	Variação no Valor Justo de Investimentos	-4.450	-25.422
4.02.02	Tributação s/Variação no Valor Justo de Investimentos	1.513	2.414
4.03	Resultado Abrangente do Período	-89.657	-185.998

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-10.929	-12.168
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.518	-480
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	-86.720	-162.990
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	4	24
6.01.01.03	Redução ao Valor Recuperável	210	-106
6.01.01.04	Resultado de Ajuste a Valor Justo	73.159	153.881
6.01.01.05	Provisão/Reversão de Perdas de Investimentos	-13.502	-12.995
6.01.01.06	Variação Monetária Líquida	2.129	6.869
6.01.01.07	Custo de Transação a Amortizar	101	101
6.01.01.08	Encargos Financeiros de Contrato de Opções Flexíveis	23.101	14.736
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-9.411	-11.688
6.01.02.01	(Aumento)/Diminuição de Contas a Receber (Exceto JSCP e Dividendos)	-108	-264
6.01.02.02	(Aumento)/Diminuição de JSCP e Dividendos	-137	-135
6.01.02.03	(Aumento)/Diminuição de Títulos e Valores Mobiliários	45.847	50.817
6.01.02.04	(Aumento)/Diminuição de Tributos a Recuperar	7.653	2.422
6.01.02.05	(Aumento)/Diminuição de Imóveis para Venda	0	46
6.01.02.06	(Aumento)/Diminuição de Outras Contas do Ativo	-59	-17
6.01.02.07	Aumento/(Diminuição) de Fornecedores	40	-86
6.01.02.08	Aumento/(Diminuição) de Salários e Encargos Sociais	293	41
6.01.02.09	Aumento/(Diminuição) de Tributos a Recolher	-2.992	-2.224
6.01.02.10	Aumento/(Diminuição) de Obrigações por Repasse	-191	-253
6.01.02.11	Recebimentos de Créditos Autônomos	2.795	4.775
6.01.02.12	Juros Pagos Sobre Debêntures de 5ª Emissão	-15.507	-27.998
6.01.02.13	Amortização de Debêntures de 5ª Emissão	-24.076	-24.076
6.01.02.14	Amortização de Contrato de Opções Flexíveis	-23.101	-14.736
6.01.02.15	(Aumento)/Diminuição de Depósitos Judiciais	132	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	-19
6.02.01	Aquisições de Imobilizado/Intangível	0	-21
6.02.02	Baixas de Investimentos/Imobilizado	0	2
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	17.000	14.643
6.03.01	Integralização de Capital	17.000	14.643
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	6.071	2.456
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	17.925	11.409
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	23.996	13.865

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.186.637	-5	0	-671.833	16.557	531.356
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.186.637	-5	0	-671.833	16.557	531.356
5.04	Transações de Capital com os Sócios	17.000	0	0	0	0	17.000
5.04.01	Aumentos de Capital	17.000	0	0	0	0	17.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-86.720	-2.937	-89.657
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-86.720	0	-86.720
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.937	-2.937
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-4.450	-4.450
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	1.513	1.513
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.203.637	-5	0	-758.553	13.620	458.699

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.145.550	-5	0	-708.388	6.275	443.432
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.145.550	-5	0	-708.388	6.275	443.432
5.04	Transações de Capital com os Sócios	14.643	0	0	0	0	14.643
5.04.01	Aumentos de Capital	14.643	0	0	0	0	14.643
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-162.990	-23.008	-185.998
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-162.990	0	-162.990
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-23.008	-23.008
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-25.422	-25.422
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	2.414	2.414
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.160.193	-5	0	-871.378	-16.733	272.077

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
7.01	Receitas	11.099	15.422
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	396	611
7.01.02	Outras Receitas	10.703	14.811
7.01.02.01	Receitas de Recuperação de Créditos	720	1.167
7.01.02.02	Receitas de Atualização de Créditos	9.617	13.559
7.01.02.03	Outras Receitas	366	85
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	12.534	11.935
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	0	-399
7.02.04	Outros	12.534	12.334
7.02.04.01	Custos Processuais	-222	-21
7.02.04.02	Serviços Tomados de Terceiros	-418	-474
7.02.04.03	Despesas Administrativas	-328	-272
7.02.04.04	Perdas/Ganhos na Recuperação de Valores Ativos	13.502	12.995
7.02.04.05	Provisão/Reversão de Perdas de Investimentos	0	106
7.03	Valor Adicionado Bruto	23.633	27.357
7.04	Retenções	-4	-24
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4	-24
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	23.629	27.333
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-71.981	-151.490
7.06.02	Receitas Financeiras	1.121	2.196
7.06.03	Outros	-73.102	-153.686
7.06.03.01	Receitas de Participações Acionárias	267	195
7.06.03.02	Resultado de Ajustes a Valor Justo	-73.159	-153.881
7.06.03.03	Provisão/Reversão de Perdas em Participações Acionárias	-210	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-48.352	-124.157
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-48.352	-124.157
7.08.01	Pessoal	2.259	1.959
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.917	1.628
7.08.01.02	Benefícios	225	215
7.08.01.03	F.G.T.S.	117	116
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.067	1.350
7.08.02.01	Federais	1.033	1.305
7.08.02.03	Municipais	34	45
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	35.042	35.524
7.08.03.01	Juros	11.746	20.427
7.08.03.02	Aluguéis	11	11
7.08.03.03	Outras	23.285	15.086
7.08.03.03.01	Obrigações por Repasse	82	244
7.08.03.03.02	Despesas Financeiras	1	5
7.08.03.03.03	Custo de Transação de Debêntures	101	101
7.08.03.03.04	Encargos Financeiros com Opções	23.101	14.736
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-86.720	-162.990
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-86.720	-162.990

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**Comentário do Desempenho 1º Trimestre de 2021 | Controladora**

Os valores monetários estão expressos em milhares de reais, salvo quando indicado de outra forma

1. MENSAGEM DA DIRETORIA

Neste primeiro trimestre de 2021, a MGI foi impactada de forma relevante pela pandemia provocada pela COVID-19. Os principais impactos foram observados, principalmente, na carteira de direitos de crédito autônomos, com a redução dos recebimentos e crescimento dos créditos rompidos (vencidos há mais de 90 dias). Os impactos econômicos da pandemia afetaram, também, ainda que em menor proporção, os resultados da recuperação de créditos e venda de imóveis, que reduziram de forma significativa em relação ao mesmo período do ano anterior.

Por outro lado, em relação aos ativos e passivos atrelados ao mercado de capitais, os impactos da pandemia ainda são presentes, ainda que em magnitude inferior ao observado no início da pandemia. Em razão da redução de cotações das ações de companhias investidas, houve redução do valor justo das participações acionárias e do direito creditório sobre ações emprestadas. Como contrapartida, houve ganho de valor justo em relação às opções flexíveis, porém não o suficiente para compensar a perda de valor justo das ações emprestadas, sendo este o fator preponderante para o prejuízo auferido no trimestre.

Como parte de sua estratégia de expansão do negócio de venda de imóveis, a MGI celebrou, neste trimestre, contrato com a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE para venda de 05 imóveis. A estratégia de expansão está alinhada com a desmobilização de ativos prevista na Política Estadual de Desestatização, instituída pelo Decreto nº47.766/2019. Nesse sentido, a Companhia vem negociando novos contratos com diversas entidades da administração indireta do Estado de Minas Gerais.

No aspecto operacional, a MGI completou um ano de execução de atividades preponderantemente por meio do teletrabalho, como forma de proteger a saúde de seus empregados e colaboradores e manter suas operações em pleno funcionamento. A dedicação e empenho de seus empregados e colaboradores tem sido fator primordial para a continuidade operacional.

Buscando sempre evoluir nas boas práticas de governança corporativa, a Companhia reorganizou sua estrutura organizacional, tendo como destaque a reformulação da instância responsável pela integridade e gestão de riscos, com a criação de um núcleo dedicado exclusivamente à matéria, a fim de aumentar a efetividade.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**Comentário do Desempenho****2. IMPACTOS DA COVID-19**

A COVID-19 causou e vem causando impactos na economia, diante da situação de pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a qual reforçou a necessidade de implementação de medidas de distanciamento social que impactam negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando o fechamento de lojas e instalações. Com isso, houve uma piora do cenário econômico com a redução da atividade econômica em todo o país, afetando as empresas e, consequentemente, a Bolsa de Valores, em que pese a sua atual retomada.

Impacto na Carteira DCA

A redução da atividade econômica gera diminuição da arrecadação de tributos pelo Estado de Minas Gerais, impactando, inclusive, na carteira de direitos de crédito autônomos (DCA) cedida à MGI.

A carteira ativa de DCA reduziu seu valor no primeiro trimestre de 2021, o que já era esperado pela Companhia, pois parte deste valor foi pago pelos contribuintes e/ou deixou de ser paga há mais de 90 dias e foi classificada como créditos rompidos.

A tendência normal da carteira de DCA é reduzir até julho de 2022 quando se encerra a 2ª emissão das debêntures e os valores não pagos e rompidos da carteira serão utilizados como meio de pagamento das debêntures.

A variação da carteira ativa no período findo em 31 de março de 2021 encontra-se apresentada trimestralmente a seguir:

Mês	Carteira Ativa*	Variação Mensal	Variação Mensal (%)
Dezembro/2019	80.044	-	-
Março/2020	74.818	(5.226)	(6,53)
Junho/2020	42.983	(31.835)	(42,55)
Setembro/2020	50.344	7.361	17,13
Dezembro/2020	52.817	2.472	4,91
Março/2021	52.577	(240)	(0,45)

*Carteira líquida

Pode-se observar que o segundo trimestre de 2020 foi o período em que o impacto da pandemia foi mais significativo devido à manutenção da política do isolamento social. Neste primeiro trimestre de 2021, houve uma redução da carteira de DCA de R\$240 ou 0,45% comparado a dezembro de 2020. Em relação ao mesmo período no ano anterior, a carteira reduziu seu valor em R\$5.226, o equivalente a 6,53% de seu valor.

A variação dos direitos creditórios rompidos no período findo em 31 de março de 2021 encontra-se apresentada trimestralmente a seguir:

Mês	Rompidos	Variação Mensal	Variação Mensal (%)
Dezembro/2019	1.793.136	-	-
Março/2020	1.807.999	14.863	0,83
Junho/2020	1.853.107	45.108	2,49
Setembro/2020	1.864.366	11.259	0,61
Dezembro/2020	1.870.869	6.503	0,35
Março/2021	1.881.255	10.386	0,56

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**Comentário do Desempenho**

Em relação aos rompimentos, a tendência é que aumentem devido à inadimplência por parte dos contribuintes. O impacto mais significativo no período analisado foi no segundo trimestre de 2020, quando aumentou R\$45.108. Neste primeiro trimestre, houve um aumento dos rompimentos de R\$10.386 ou 0,56% comparado a dezembro de 2020.

A variação dos recebimentos dos direitos creditórios no período findo em 31 de março de 2021 encontra-se apresentada trimestralmente a seguir:

Mês	Recebimentos	Variação Mensal	Variação Mensal (%)
Dezembro/2019	4.348	-	-
Março/2020	4.476	128	2,94
Junho/2020	2.563	(1.913)	(42,74)
Setembro/2020	3.190	627	24,46
Dezembro/2020	3.218	28	0,88
Março/2021	2.795	(423)	(13,14)

Desde o início da pandemia, o segundo trimestre de 2020 foi o pior em termos de recebimento dos direitos creditórios. Como observado na tabela acima, foi o período que houve menor recebimento e que sofreu as piores variações em valores e em percentual. O primeiro trimestre de 2021, também apresentou uma redução no recebimento de DCA comparado ao trimestre anterior, uma redução de 13,14%. Em relação ao mesmo período do ano anterior, o valor do crédito recebido pela MGI foi menor em R\$128, o equivalente a uma redução de 2,94%.

Neste primeiro trimestre de 2021, com a piora dos indicadores epidemiológicos e o aumento da ocupação dos leitos destinados a pacientes com COVID-19, o governo do Estado de Minas Gerais estabeleceu que todo o Estado entrasse na onda roxa para conter a pandemia. Esta medida restringe mais a circulação de pessoas, bem como fechamento de estabelecimentos comerciais, eventos públicos, toque de recolher, entre outras medidas. Como consequência disso, houve uma redução no recebimento dos direitos de crédito autônomos. A expectativa é que a vacinação em um estágio mais avançado e com a população imunizada, as restrições de funcionamento dos estabelecimentos tendem a diminuir e ter uma retomada da atividade econômica e consequentemente uma melhora nos recebimentos da carteira de DCA.

Impacto nas Opções

A propagação da COVID-19 causou fortes oscilações na Bolsa de Valores, afetando o valor justo das opções flexíveis de compra e venda sobre ações preferenciais de emissão da CEMIG listadas na B3.

	31/12/2019	31/03/2020	30/06/2020	30/09/2020	31/12/2020	31/03/2021
Cotação da CEMIG (R\$)	13,79	8,91	11,02	10,10	14,56	13,03
Opções de Compra	417.763	180.960	324.596	256.850	483.036	399.984
Opções de Venda	31.469	57.841	42.380	43.136	25.857	20.007
Diferença das Opções	386.294	123.119	282.216	213.714	457.179	379.977

Na perspectiva da Bolsa de Valores, há evidências de que o pior cenário já passou, mas ainda há oscilação relevante à medida em que saem notícias sobre os impactos do COVID-19 na economia mundial, a retomada do crescimento econômico e a expectativa das vacinas, ou seja, ainda existe um grau de incerteza de todo o cenário. O Ibovespa,

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**Comentário do Desempenho**

que é o principal indicador de desempenho das ações negociadas na B3, em março de 2020 apresentou a mínima de 63.569,92 pontos enquanto no mês de junho fechou aos 95.055,82 pontos, e encerrou o mês de setembro aos 94.603,38 pontos. O índice encerrou o ano de 2020 aos 119.017 pontos mostrando uma forte recuperação neste último trimestre. O primeiro trimestre de 2021 fechou aos 116.633,72 pontos, uma queda de 2% em relação ao último trimestre de 2020, porém uma alta de 59,7% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

O comportamento da ação da CEMIG apresenta uma correlação positiva em relação ao Ibovespa, ou seja, ambos sofreram impactos similares durante o período de análise. Conforme demonstrado na tabela acima, no primeiro trimestre a ação sofreu uma queda de R\$4,88, o que representa 35,39% de redução. Após grandes oscilações, apresentou no fim do segundo trimestre uma leve recuperação, com aumento de 23,68% em comparação com o primeiro trimestre. No terceiro trimestre, a cotação da CEMIG teve uma desvalorização de 8,35 % e, no quarto trimestre, as ações tiveram uma alta considerável equivalente a 44,16% comparado ao trimestre anterior. No final de 2020, a ação conseguiu recuperar o valor que havia alcançado antes da COVID-19, com uma alta de R\$0,77, isto é, 5,58% do seu valor de mercado. No primeiro trimestre de 2021, houve uma desvalorização de 10,5% comparado a dezembro de 2020 e valorização de 46,24% comparado ao primeiro trimestre do ano anterior.

O cenário deste trimestre ocasionou uma redução do valor justo das opções de compra no montante de R\$83.052 ou 17,19% de desvalorização. Estas opções são um passivo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja superior ao preço de exercício (R\$10,16), a Companhia pagará a diferença positiva entre o preço de liquidação e o preço de exercício, multiplicada pela quantidade de opções correspondente. Cabe observar que, em janeiro de 2021, houve o vencimento da 4ª tranche, cujo valor da opção de compra naquela data foi próximo de R\$23 milhões.

Em relação às opções de venda, houve uma redução de R\$5.850, ou seja, 22,62% de desvalorização quando comparado ao trimestre anterior. Estas opções são um ativo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja inferior ao preço de exercício (R\$4,98), a Companhia receberá a diferença positiva entre o preço de exercício e o preço de liquidação, multiplicada pela quantidade de opções correspondente. Para as opções de venda, o vencimento da 4ª tranche em janeiro não causou impacto, já que o preço de liquidação foi superior ao preço de exercício.

Em resumo, pode-se inferir que a desvalorização das ações CMIG4 reduz o valor das opções de compra, que são um passivo, demonstrando que foi positivo para a empresa. Por outro lado, como a MGI possui cerca de 90 milhões de ações, seu patrimônio diminuiu com a desvalorização das ações.

Impacto no Investimento e no Direito Creditório sobre Ações Emprestadas

Pelas variações no valor da ação já relatadas acima, a Companhia sofreu impactos significativos sobre o seu investimento em companhias listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Cemig e Copasa), e sobre o valor do direito creditório sobre ações emprestadas ao Banco de Investimento Credit Suisse, no escopo das garantias da 5ª emissão de debêntures, até o mês de setembro de 2020. Porém, no 4º trimestre de 2020, a significativa alta na cotação levou à reversão da perda, culminando em ganho de valor justo desses investimentos. Já no 1º trimestre de 2021, com a inversão da tendência, os investimentos mais significativos da Companhia apresentam queda no valor de mercado e como consequência foram responsáveis por queda no patrimônio da Companhia. A seguir, segue demonstrativo destes investimentos.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**Comentário do Desempenho**

Variação do investimento e do direito creditório sobre ações							
		31/12/2019	31/03/2020	30/06/2020	30/09/2020	31/12/2020	31/03/2021
Cotação da CEMIG (R\$)		13,79	8,91	11,02	10,10	14,56	13,03
Cotação da COPASA (R\$)		67,99	40,90	58,23	46,73	16,40	15,10
Ações CEMIG emprestadas	Quantidade (unidades)	86.055.995	82.935.717	82.935.717	81.267.707	83.622.140	79.963.917
	Valor (R\$ mil)	1.186.712	738.957	913.952	820.804	1.217.538	1.041.929
Ações CEMIG no patrimônio	Quantidade (unidades)	1.003.787	4.124.065	4.124.065	9.372.922	7.018.490	10.676.713
	Valor (R\$ mil)	13.842	36.745	45.447	94.666	102.189	139.118
Ações COPASA no patrimônio *	Quantidade (unidades)	154.640	154.640	154.640	154.640	463.920	463.920
	Valor (R\$ mil)	10.515	6.325	9.005	7.226	7.609	7.005
Total (R\$ mil)		1.211.068	782.027	968.404	922.696	1.327.335	1.188.052

*Ocorrência de desdobramento de ações da Copasa no 4º trimestre de 2020.

Portanto, constata-se que o impacto nos investimentos e nos direitos creditórios sobre ações emprestadas apresentaram, em conjunto, uma redução de R\$23.016, equivalente a uma queda de 1,9% em 31 de março de 2021, comparativamente com 31 de dezembro de 2019, demonstrando que a Companhia não equiparou seus ativos aos valores de mercado anteriores à pandemia e que ainda sofre com os impactos ocasionados.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa. A Companhia incluía nas informações contábeis intermediárias consolidadas a EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., subsidiária integral da MGI, que teve sua incorporação concretizada pela Companhia em 10 de julho de 2019. Consequentemente, a partir dessa data, a Companhia passou a não ser requerida a apresentar balanço patrimonial consolidado, remanescendo a apresentação das demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado representando as respectivas transações até a data da incorporação da EMIP.

Gestão de Ativos

Resultados da Gestão de Ativos (R\$ mil)	31/03/2021	31/03/2020	Variação (%)
Créditos em Liquidação Próprios da MGI	632	1.166	(46)
Imóveis Próprios da MGI	88	1	8.700
Imóveis Próprios da MGI advindos da EMIP	-	74	(100)
Total Ativos MGI	720	1241	(42)
Créditos em Liquidação do Estado de Minas Gerais	390	1.063	(63)
Bens Imóveis do Estado de Minas Gerais	-	8.102	(100)
Total Ativos do Estado de Minas Gerais	390	9.165	(96)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**Comentário do Desempenho 1º Trimestre de 2021 | Controladora**

Verifica-se no quadro acima, em sua atuação na recuperação de créditos em liquidação, da carteira da MGI, cedidos pelos antigos bancos estaduais BEMGE e CREDIREAL, a Companhia arrecadou, no primeiro trimestre de 2021, o montante de R\$632 mil, inferior em 46% ao mesmo período de 2020, quando a arrecadação totalizou R\$1.166 mil. Em relação aos imóveis próprios da MGI, houve arrecadação de R\$88 mil no primeiro trimestre de 2021, um aumento de 8.700% em relação ao mesmo período de 2020, quando arrecadou R\$1 mil.

Mediante contratos celebrados com a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF), a Companhia atua, também, na administração dos ativos recepcionados pelo Estado em decorrência da extinção da MINASCAIXA e da privatização dos Bancos BEMGE e CREDIREAL e na alienação de bens imóveis não de uso, pertencentes ao Estado de Minas Gerais.

No período encerrado em 31 de março de 2021, no âmbito dos contratos celebrados, a MGI repassou à SEF o montante de R\$390 mil provenientes da recuperação de créditos em liquidação e alienação de bens imóveis. Esse valor foi inferior em 96% ao apurado no mesmo período de 2020, quando totalizou R\$9.165 mil.

Em relação à recuperação de créditos, existe uma tendência de decréscimo em razão da redução do estoque de créditos. No primeiro trimestre de 2021, a redução de 63% em relação ao mesmo período do ano anterior se justifica por uma ação realizada em 2020 que teve como objetivo identificar depósitos judiciais pendentes. Referida estratégia contribuiu substancialmente para os repasses à SEF que somaram R\$1.063 mil em 31/03/2020.

Em relação à venda de imóveis, no primeiro trimestre de 2021 não houve repasses à SEF dos imóveis vendidos, uma vez que os mesmos estão em processo de formalização. No primeiro trimestre de 2020, houve repasses relevantes, principalmente relacionados ao contrato de Venda de Imóveis celebrado com a SEF no segundo semestre de 2019.

Considerando a natureza e data em que os empréstimos foram concedidos (há mais de 20 anos), a falta de bens penhoráveis e/ou garantias e a baixa liquidez dos imóveis, a MGI considera relevantes os valores arrecadados na gestão de ativos.

Além dos contratos celebrados com a SEF, a MGI possuía, até novembro de 2020, contrato com a Advocacia Geral do Estado (“AGE”) para prestação de serviços de suporte administrativo no acompanhamento judicial das ações relacionadas aos créditos e imóveis do Estado proveniente dos bancos extintos e privatizados, contribuindo para os resultados alcançados.

Em fevereiro de 2021, foi celebrado novo contrato para venda de imóveis da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE, como parte da estratégia de expansão da atuação da Companhia na desmobilização de ativos da administração pública direta e indireta do Estado.

Os contratos de prestação de serviços geraram uma receita total de R\$ 396 mil no período em referência. Esse valor reduziu em 35% em relação ao apurado no mesmo período do exercício anterior, quando totalizou R\$ 611 mil. Essa redução deveu-se, sobretudo, à redução do escopo do contrato com a AGE a partir de maio de 2020 e sua extinção em novembro de 2020. Além disso, parte da receita de prestação de serviço é variável de acordo com a efetiva venda de imóveis.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**Comentário do Desempenho****Direitos de Crédito Autônomos**

De acordo com a posição de 31 de março de 2021, a Companhia possui um saldo nominal de Direitos de Crédito Autônomos a receber de R\$1.933.832 (R\$1.923.685 em 31 de dezembro de 2020).

No período encerrado em 31 de março de 2021, foi contabilizado a título de variação monetária ativa o valor de R\$9.617, enquanto os valores recebidos no período totalizaram R\$2.795 (R\$4.476 em 31 de março de 2020). Embora exista uma natural tendência de queda na arrecadação em virtude da redução do saldo devedor, a expressiva redução de 37,56% no período, comparativamente com o mesmo período do ano anterior, deveu-se, principalmente, pelo desaquecimento da economia em decorrência da pandemia da COVID-19.

Importante ressaltar que o saldo de parcelamentos rompidos - isto é, com parcelas inadimplidas há mais de 90 dias - vem aumentando no decorrer do tempo. No período em referência, esse crescimento foi potencializado em razão da pandemia causada pelo COVID-19 e seus impactos econômicos.

A Companhia apura trimestralmente o valor justo e o *impairment* da carteira. Considerando esses efeitos, o saldo de Direitos de Créditos Autônomos é de R\$966.744 na posição de 31 de março de 2021 (R\$868.095 em 31 de março de 2020).

O saldo da carteira de direitos de crédito autônomos, incluindo os parcelamentos rompidos, poderá ser utilizado para quitação da 2ª emissão de debêntures, em conformidade com a respectiva escritura de emissão.

Debêntures

Ainda de acordo com a posição de 31 de março de 2021, a Companhia possui obrigações decorrentes da segunda e quinta emissões de debêntures.

Considerando este período, a Companhia registrou custos de R\$11.847 a título de juros e amortização do custo da transação sobre as debêntures emitidas. No mesmo período do exercício anterior, esses custos totalizaram R\$20.528. O decréscimo de 42.29% foi devido principalmente à redução da taxa DI ocorrida no decorrer do ano de 2020, e que apesar do pequeno aumento no 1º trimestre de 2021, a taxa ainda continua bem abaixo do mesmo período do ano anterior. Outro fator é a redução do saldo devedor da 5ª emissão, em razão das amortizações realizadas.

Os pagamentos de juros e amortizações das debêntures emitidas são realizados rigorosamente nos termos das respectivas escrituras de emissão. O quadro abaixo apresenta os pagamentos efetuados neste período:

Pagamentos Efetuados	Juros	Principal	Total Pago
5ª emissão	15.507	24.076	39.583

(a) Debêntures Subordinadas (Segunda Emissão)

A Companhia possui um saldo nominal de R\$1.089.927 a pagar referente às debêntures subordinadas, que foram integralmente subscritas pelo Estado de Minas Gerais.

As debêntures subordinadas vencem em 2022 e não possuem amortizações ordinárias intermediárias de juros e principal. Podem ocorrer amortizações extraordinárias a critério da Emissora. Durante o período, não ocorreram amortizações extraordinárias.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**Comentário do Desempenho****(b) Debêntures de Quinta Emissão**

Tendo como referência 31 de março de 2021, a MGI possui um saldo de R\$555.527 a pagar referente à quinta emissão de debêntures. Durante o ano, foi paga a parcela semestral de juros e amortização do principal, nos valores de R\$15.507 e R\$24.076, respectivamente.

Participações Acionárias

A Companhia tem participação acionária na Cemig, Copasa, BDMG, Codemge e empresas do grupo Gerdau.

Os investimentos em participação acionária proporcionaram receitas de R\$ 267 neste 1º trimestre de 2021, provenientes de juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pelas companhias investidas. Essas receitas apresentaram um aumento de 37% comparado às auferidas em igual período do ano anterior, quando somaram R\$195.

Convênios

Durante este período, a Companhia deu continuidade ao programa de investimentos em ações destinadas à promoção do desenvolvimento da infraestrutura estadual por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações com interveniência e apoio técnico de Secretarias de Estado responsáveis pelas políticas públicas setoriais. Embora não tenham sido celebrados novos convênios no período, a Companhia vem realizando o repasse de parcelas remanescentes de convênios celebrados em exercícios anteriores, além do foco principal na análise de prestações de contas de convênios encerrados.

A MGI repassou aos convenientes, no 1º trimestre de 2021, o montante de R\$19 referente a acerto de prestação de contas de convênios, apurou rendimento do repasse na aplicação financeira realizada pela Conveniente, através da prestação de contas, o valor de R\$141 e efetuou gastos com publicações oficiais de R\$2. Considerando as devoluções recebidas a título de prestações de contas de convênios já encerrados, que totalizaram R\$101 no período, a variação líquida foi positiva em R\$61, de modo que o montante acumulado líquido de pagamentos passou de R\$1.169.201 em 31 de dezembro de 2020 para R\$1.169.262 em 31 de março de 2021.

Secretarias	31/12/2020	Movimentação		31/03/2021
	Saldo inicial	Pagamentos / Rendimentos	Devoluções	Saldo final
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG – SEAPA	5.063	57	(10)	5.110
Inst. Des. Do Norte e Nordeste de MG - IDENE	1.900	-	-	1.900
Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenvolvimento. Sustentável – SEMAD+ Sec. Est. Cidades e Integração Regional de MG- SECIR	89.836	15	(10)	89.841
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP	14.165	-	(2)	14.163
Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - SECULT	20.041	5	-	20.046
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – SEINFRA	995.482	85	(79)	995.488
Sec. Est. Des. Social de MG – SEDESE	34.879	-	-	34.879
Sec. Est. Governo – SEGOV	4.235	-	-	4.235
Sec. Est. Des. Econômico SEDE	3.600	-	-	3.600
	1.169.201	162	(101)	1.169.262

Os recursos repassados, originários de aportes de capital realizados na Companhia pelo acionista controlador, Estado de Minas Gerais, são destinados a obras de apoio à infraestrutura municipal, obras de saneamento básico, reformas e ampliações de Parques de Exposições Agropecuários, recuperação e manutenção de rodovias, entre outros.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**Comentário do Desempenho 1º Trimestre de 2021 | Controladora**

O procedimento relacionado à prestação de contas abrange sua apresentação à Secretaria Interviente em até 90 dias após a extinção do convênio pelo fim da vigência. As análises dessas prestações de contas visam a confirmar o cumprimento do objeto do convênio e a regularidade dos gastos dos recursos repassados.

As Secretarias Intervientes são responsáveis pela análise prévia das prestações de contas e emissão dos respectivos pareceres técnico e financeiro.

Também é de responsabilidade das Secretarias intervenientes a vistoria (*in loco*) dos objetos conveniados. A não comprovação do atingimento do objeto conveniado implica a reprovação das contas, ficando o conveniente, via de regra, impedido de receber repasses voluntários, além da instauração de Tomada de Contas Especial.

Concluída as análises pelas Intervientes, os convênios são encaminhados à MGI para análise financeira conclusiva e julgamento.

Conforme detalhamento nos quadros abaixo, a Companhia, na referência de 31 de março de 2021, apresenta em seus controles internos o quantitativo de 1.521 convênios celebrados, e descritos da seguinte forma:

Convênios	Quantidade	Valor em R\$ mil
Convênios Vigentes	264	161.054
Vencidos, há menos de 90 dias, COM prestação de contas	1	400
Vencidos, há mais de 90 dias, com prestação de contas em análise na INTERVENIENTE	584	277.407
Vencidos, há mais de 90 dias, com prestação de contas em análise na MGI	571	731.494
Julgados reprovados	-	-
Julgados aprovados ou aprovados com ressalva	90	38.580
Em Tomada de Contas Especial (seja fase interna ou externa)	7	5.656
Encerrado	1	1.926
Prazo para apresentação de prestação de contas final está suspenso, conforme Decreto 47890/20	3	1.110
Total de Convênios Celebrados	1.521	1.217.627
(+) Gastos com Fiscalização, Monitoramento e Publicações		188
(+) Rendimento de aplicação financeira – Repasse aplicado pela Conveniente		972
(-) Devoluções Recebidas		(49.525)
(=) Saldo de Convênios em 31/03/2021		1.169.262

A Companhia realiza regulares notificações às Secretarias Intervientes, cobrando informações quanto à apresentação de prestação de contas e quanto ao andamento das análises das contas já apresentadas. Notifica, ainda, regularmente os convenientes quanto às prestações de contas em atraso, tomando todas as medidas pertinentes a essas pendências, nos termos da legislação vigente, cumprindo as obrigações previstas no âmbito da governança estabelecida para convênios.

Após a Reforma Administrativa, conforme diretrizes da Administração, a Companhia intensificou os contatos com as Secretarias Intervientes, a fim de alinhar as responsabilidades e as informações de situação de cada convênio, bem como propor soluções conjuntas para agilizar a solução das pendências. Adicionalmente, a Companhia tem focado de forma intensiva nas análises de prestações de contas já entregues à MGI.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**Comentário do Desempenho 1º Trimestre de 2021 | Controladora****4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO****Receita Operacional Líquida**

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	31/03/2021	31/03/2020	Variação (%)	Análise Vertical 2021 (%)
Variação monetária ativa	9.617	13.559	(29)	81
Ajuste amortização reconhecimento inicial DCA	1.016	4.252	(76)	9
Recuperação de Créditos	720	1.167	(38)	6
Prestação de serviços	396	611	(35)	3
Receita de participação acionária	267	195	37	2
Receitas de vendas de imóveis	-	74	(100)	-
PIS/COFINS/ISS	(137)	(205)	(33)	(1)
TOTAL	11.879	19.653	(40)	100

No período encerrado em 31 de março de 2021, a Companhia apresentou Receita Operacional Líquida de R\$11.879, 40% inferior ao mesmo período de 2019, quando alcançou R\$19.653.

Os fatores preponderantes para a redução da receita operacional líquida foram: (i) a redução de 29% nas receitas de variação monetária ativa, comparando ao mesmo período do ano anterior, justificada pelo vínculo a taxa Selic, que neste 1º trimestre de 2021 está quase 2 pontos percentuais menor do que no mesmo período do ano anterior; (ii) a receita com amortização do reconhecimento inicial dos direitos de créditos autônomos, que reduziu 76% em comparação com 31 de março de 2020, em virtude do reduzido saldo que resta a amortizar; (iii) a receita de recuperação de Créditos em liquidação, cuja redução foi de 38% se comparada com mesmo período do ano anterior.

Essas receitas representaram, em conjunto, 96% da receita operacional líquida do período.

Custo Operacional

Custo Operacional (R\$ mil)	31/03/2021	31/03/2020	Variação (%)	Análise Vertical 2020 (%)
Encargos financeiros com opções	23.101	14.736	57	41
Ajuste amortização rec. inicial debêntures	20.211	17.740	14	36
Juros sobre debêntures	11.746	20.427	(43)	21
Pessoal	689	799	(14)	1
Serviços de terceiros	225	241	(7)	-
Despesas judiciais	222	21	957	-
Amortização de custos de transação	101	101	-	-
Obrigações por repasse	82	244	(66)	-
Demais custos	37	25	48	-
Encargos financeiros com contratuais	-	-	-	-
Custos dos imóveis vendidos	-	399	(100)	-
CUSTO TOTAL	56.414	54.733	3	100

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**Comentário do Desempenho ITR de 2021 | Controladora**

O custo operacional totalizou R\$56.414 no período, superior em 3% a igual período do ano anterior, quando atingiu R\$54.733.

O custo mais expressivo é o encargo financeiro com opções, que se refere à liquidação das tranches das opções de compra ocorrida no período em análise, totalizando R\$23.101 no período, representando 41% do custo total. Este custo apresentou aumento de 57% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse valor corresponde à diferença entre o preço de liquidação da opção em relação ao seu preço de exercício, multiplicado pela quantidade de opções da respectiva tranche, sendo, portanto, impactado pelas oscilações da cotação da ação CMIG4.

Outro custo relevante é a amortização do ajuste no reconhecimento inicial das debêntures que totalizou R\$20.211 no período (R\$17.740 em igual período do ano anterior), representando 36% do custo total. Este custo apresentou aumento de 14% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os juros sobre as debêntures constituem outro custo que frequentemente encontra-se entre os mais relevantes. Representando 21% do custo total, seu valor foi de R\$11.746 no período (R\$20.427 em igual período do ano anterior), apresentando uma redução de 43%. Este foi o item chave para manutenção do custo total num patamar equilibrado com o do mesmo período do ano anterior. No item Debêntures constam as justificativas para a redução.

Apesar do baixo impacto sobre o custo total, as custas judiciais tiveram um aumento bem expressivo – 957% se comparado ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento aconteceu principalmente devido a uma decisão judicial condenando a Companhia ao pagamento de honorários sucumbenciais. A ocorrência desse tipo de despesa é eventual e de difícil estimativa.

Os demais custos foram pouco representativos em relação ao custo total da Companhia.

Resultado Operacional Bruto

A Companhia apresentou resultado operacional bruto negativo de R\$44.535 no período, e no mesmo período do ano anterior, de R\$35.080, também negativo.

O fator preponderante para o considerável aumento do prejuízo operacional bruto foi a diminuição da receita líquida em 40%, em virtude da redução da variação monetária ativa da carteira de direitos de crédito autônomos (DCA) em 29% e do ajuste a valor justo da mesma carteira em 76%. Tendo em vista que essas receitas representam, em conjunto, 90% da receita total, as reduções observadas impactaram significativamente o resultado bruto.

Aumento do custo operacional em 3% manteve praticamente a igualdade com o mesmo período do ano anterior, porém devido ao elevado valor e aliado à queda da Receita Líquida, provocou o aumento no citado resultado operacional negativo.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido reduziu 57,52%, de R\$1.457 em 31 de março de 2020 para R\$619 em 31 de março de 2021, em razão, principalmente, da taxa de juros neste período estar menor do que no mesmo período do ano anterior e da diminuição do montante aplicado, sobretudo em razão dos pagamentos das debêntures.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**Comentário do Desempenho 1º Trimestre de 2021 | Controladora**

Apesar da redução, os critérios utilizados para alcance dos resultados positivos foram baseados em disciplinado controle dos recursos mantidos em aplicações financeiras, em fundos lastreados em títulos públicos cujas rentabilidades anuais permearam as taxas DI a custos administrativos ínfimos.

LAJIDA e LAJIDA ajustado

LAJIDA (R\$ mil)	31/03/2021	31/03/2020
Resultado do Período	(86.720)	(162.990)
(+) Despesa de IR e Contribuição Social	-	-
(+) Despesas Financeiras Líquidas	(619)	(1.457)
(+) Depreciação e Amortização	4	24
LAJIDA	(87.335)	(164.423)
(+) Resultado Negativo (Positivo) de Ajustes a Valor Justo	53.964	140.393
(+) Impairment dos Direitos de Crédito Autônomos	(13.502)	(12.995)
(+) Resultado Negativo (Positivo) de Ajuste no Reconhecimento Inicial	19.195	13.488
(+) Provisão para Perda em Participações Societárias	210	(106)
LAJIDA AJUSTADO	(27.468)	(23.643)

(a) LAJIDA

O LAJIDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) é uma medição não contábil utilizada para analisar a geração operacional de caixa de uma empresa. Esta medição é elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras, observando as disposições da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012. A MGI apurou, em 31 de março de 2021, LAJIDA negativo de R\$87.335. No mesmo período do ano anterior, o indicador também foi negativo, no valor de R\$164.423.

(a) LAJIDA ajustado

O LAJIDA ajustado foi calculado em conformidade com o Art. 4º da Instrução CVM nº 527, com o intuito de melhor refletir a geração operacional de caixa da Companhia, por meio da exclusão dos efeitos abaixo, que não afetam a geração de caixa da Empresa:

- Ajustes a valor justo referentes aos contratos de opções flexíveis, aos direitos creditórios decorrentes de empréstimo de ações e à renegociação da carteira de direitos de crédito autônomos;
- *Impairment* dos direitos de crédito autônomos (perda na recuperação de direitos creditórios).
- Resultado correspondente à diferença entre o custo relativo à amortização do ajuste no reconhecimento inicial das debêntures subordinadas e a receita referente à amortização do ajuste no reconhecimento inicial da carteira DCA.
- Provisão para perda em participações societárias.

Apurou-se LAJIDA ajustado negativo de R\$ 27.468 em 31 de março de 2021. No mesmo período do exercício anterior, esse indicador também foi negativo em R\$ 23.643.

Portanto, percebe-se que, em ambos os períodos, excluídos os impactos das receitas e despesas que não afetam a geração de caixa, o prejuízo líquido foi reduzido, tanto no conceito de LAJIDA como no de LAJIDA ajustado.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**Comentário do Desempenho****Resultado Líquido**

O fator preponderante para a Companhia ter obtido um resultado líquido negativo no valor de R\$86.720, está relacionado a fatores mercadológicos, principalmente relacionados aos investimentos na CEMIG e na queda da taxa Selic. Esse resultado ainda foi influenciado pelo impacto financeiro do COVID-19 na economia.

Conforme se verifica no LAJIDA e LAJIDA ajustado, o prejuízo auferido deveu-se, em grande medida, ao resultado negativo de ajustes a valor justo, sendo que esse resultado não afeta o caixa. Os ajustes a valor justo estão vinculados aos contratos de opções e aos contratos de empréstimos de ações e sua variação deriva de variáveis exógenas à Companhia.

5. AUDITORIA INDEPENDENTE

À Administração cumpre esclarecer que a prestação de serviços por auditores independentes restringe-se, exclusivamente, à auditoria das demonstrações financeiras, não havendo, portanto, a prestação de outros serviços.

6. AGRADECIMENTOS

A Diretoria da MGI considera cumpridas as principais ações e metas propostas para o período em análise e agradece o apoio e a orientação recebidos da Secretaria de Estado de Fazenda, da Advocacia Geral do Estado, dos Conselhos de Administração e Fiscal, do Comitê de Auditoria Estatutário, bem como destaca a competência e o profissionalismo de seus empregados e colaboradores.

Belo Horizonte, 13 de maio de 2021

A Administração

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias 31 de março de 2021 (em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A MGI - Minas Gerais Participações S.A. (“Companhia”) é uma pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital aberto, controlada pelo Estado de Minas Gerais (“EMG”), vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (“SEF”) e com sede em Belo Horizonte/MG.

A MGI tem como objeto social:

- a) Participar na formação acionária de empresas situadas no território mineiro, em fase de instalação, modernização ou expansão, que apresentem índices técnicos e econômico-financeiros satisfatórios, bem como participar de projetos de desenvolvimento regional de interesse público que, elaborados em conjunto com a Administração Pública do EMG, tenham por objetivo o desenvolvimento das atividades econômicas nos setores agrícola, industrial, comercial e de serviços no EMG;
- b) Promover associações de empresas, mesmo que delas não participe acionariamente, a fim de ampliar o parque industrial e agroindustrial mineiro;
- c) Prestar apoio técnico e de gestão administrativa na política de privatização do EMG, nos termos da legislação em vigor;
- d) Assessorar os dirigentes da SEF e colaborar com o Sistema Estadual de Finanças nos assuntos relacionados com as participações acionárias do EMG;
- e) Realizar operações de aquisição de créditos do EMG, conforme previsto em leis estaduais, e a captação de recursos com o objetivo de aquisição de tais créditos, por meio de operações de mercado de capitais, podendo prestar garantias reais para tanto;
- f) Prestar serviços de Administração de Ativos, por conta e ordem dos contratantes, em especial de órgãos, entidades e empresas integrantes da Administração Pública Direta e Indireta, incluindo:
 - i) alienação de bens não de uso, observado o procedimento licitatório próprio (concorrência ou leilão), bem como a execução dos atos preparatórios respectivos (avaliação prévia e outros) aplicáveis a estes;
 - ii) administração de créditos, promovendo cobrança administrativa dos que integram carteira ativa e dos créditos em liquidação, realizar acordos e acompanhar a regularidade dos respectivos pagamentos, tudo em conformidade com as normas cabíveis e as orientações do contratante.
- g) Criação e/ou participação em empresa destinada a fomentar a política estadual de concessões e de parcerias público-privadas, podendo, para tanto, contratar e assumir obrigações, inclusive de natureza financeira relacionada às contraprestações pecuniárias ou de quaisquer outras naturezas, e prestar garantias nos contratos das espécies;
- h) Atuar como mandatária do Estado em contratos de concessões e de parcerias público-privadas;

Notas Explicativas



- i) Promover ações que visem ao desenvolvimento do Estado, em conjunto com os órgãos e entidades da administração pública estadual, por meio da realização de convênios ou outros instrumentos congêneres, com vistas à contratação, construção, ampliação, aquisição e cessão de bens móveis e/ou imóveis, bem como a realização e/ou contratação de projetos e pesquisas de interesse da administração pública estadual;

Aspectos operacionais

Por força de contrato celebrado com o EMG por meio da SEF, a Companhia realiza a prestação de serviços de administração de ativos recepcionados pelo EMG em decorrência da extinção da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (“Minascaixa”) e, também, dos ativos adquiridos pelo EMG no processo de alienação do controle acionário do Banco do Estado de Minas Gerais (“Bemge”) e Banco de Crédito Real de Minas Gerais (“Credireal”).

A Companhia atua, também, na recuperação de créditos próprios (“créditos em liquidação”), adquiridos junto aos bancos estaduais privatizados Bemge e Credireal mediante contrato de cessão de créditos. Por força do contrato de cessão firmado entre a Companhia e o Bemge, 90% do resultado líquido positivo semestral da recuperação dos créditos é distribuído aos ex-acionistas do Bemge, conforme posição acionária em 29 de junho de 1998, dos quais o EMG possui 77,22% de participação. A distribuição é provisionada mensalmente e ajustada ao fim do semestre. Em relação à recuperação de créditos oriundos do Credireal, 100% do resultado apurado pertence à Companhia. Nos períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020, as receitas provenientes da recuperação de créditos totalizaram R\$720 e R\$1.167, respectivamente (vide nota 17).

Conforme autorizado pela Lei Estadual nº 19.266, de 17 de dezembro de 2010, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012 do EMG, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários vencidos, reconhecidos pelos respectivos contribuintes (“Contribuintes”), objeto de parcelamentos administrativos (“Parcelamentos”) referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS (“Créditos Tributários”), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do EMG (“Direitos de Crédito Autônomos” - vide nota 7.c).

A realização dos Direitos de Crédito Autônomos no valor de R\$966.744 em 31 de março de 2021, objeto do Contrato de Cessão Onerosa, depende da efetivação do fluxo de recebimento previsto. Adicionalmente, os Direitos Creditórios poderão ter sua liquidez afetada caso haja o aumento da inadimplência (vide nota 7.c).

A aquisição dos Direitos de Crédito Autônomos foi feita por intermédio da segunda Emissão de Debêntures Subordinadas, no montante de R\$1.819.000 (“Debêntures Subordinadas”) (vide nota 12), totalmente subscritas pelo EMG. Em seguida, a carteira de direitos creditórios foi dada como garantia para a Terceira Emissão de Debêntures Simples (“Debêntures Seniores”), não Conversíveis em Ações, em série única, da Espécie com Garantia Real, no montante de R\$ 316.000, cujo recebimento líquido foi usado para amortizar as Debêntures Subordinadas.

Em 26 de novembro de 2015, a Companhia realizou a 5ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação. Esta emissão totalizou 650 debêntures de valor unitário de R\$1.000. A garantia das debêntures emitidas é dada pela: (i) alienação fiduciária de 7.018.464 ações preferenciais de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - CEMIG (CMIG4), de titularidade da MGI, (ii) pela cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de Contrato de Hedge, pela cessão fiduciária de direitos creditórios de Contrato de Empréstimo de Ações, por meio do qual foram emprestadas ao Banco de Investimentos Credit Suisse 79.963.917 ações CMIG4s (vide nota 11.a), e (iii) pela cessão fiduciária da conta vinculada à operação, em que são depositados os proventos (juros sobre capital próprio, dividendos, bonificações) relativos às ações alienadas e emprestadas.

Notas Explicativas



2 Base de Preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Essas informações contábeis intermediárias foram preparadas seguindo os princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2020. Dessa forma, estas ITR's devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Financeiras, cuja emissão foi autorizada pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2021.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração em 13 de maio de 2021.

b. Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto nos seguintes casos: determinados instrumentos financeiros, mensurados por seus valores justos por meio do resultado; participação em controlada, mensurada pelo método de equivalência patrimonial; ativos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado e em outros resultados abrangentes; e ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações contábeis intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias, de acordo com o CPC/IFRS, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias, e as informações sobre incertezas e sobre premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período financeiro estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

Notas Explicativas



- Nota 07 – Contas a receber de clientes e outros créditos
- Nota 08 – Opções flexíveis de ações
- Nota 11 – Outros investimentos
- Nota 12 – Debêntures
- Nota 13 – Obrigações por repasse
- Nota 22 – Contingências não provisionadas

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações contábeis intermediárias.

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

Conforme o CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender a ambas condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um instrumento patrimonial, a escolha é feita investimento por investimento. Se mantido para negociação será mensurado como VJR, ou, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA).

Notas Explicativas



Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA, como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48/IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados a VJR: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros mensurados ao VJORA: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

ii. Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou liquidada.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar, debêntures e obrigações por repasse (notas 12 e 13).

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

Notas Explicativas



iii. Capital social

Ações ordinárias e preferenciais

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários. A Companhia não possui ações preferenciais.

Os dividendos mínimos obrigatórios, quando devidos, são declarados na Assembleia Geral Ordinária realizada nos quatro primeiros meses do exercício subsequente, conforme definido no Estatuto Social e na Política de Distribuição de Dividendos.

b. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos e identificados como não tendo sofrido perda de valor são avaliados coletivamente para possibilitar a constatação de qualquer perda no valor.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma subconta dos recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e reconhecida no resultado.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. A Companhia considera um declínio de 20% como significativo e o período de 9 meses como prolongado.

A Companhia possui os seguintes ativos com ajuste ao valor recuperável: Direitos Creditórios Autônomos (vide nota 7.c), e crédito a receber junto a Góes Cohabita (operação de mútuo) decorrente de alienação de participação acionária no Banco Agrimisa (vide nota 7.d).

Em relação aos Direitos Creditórios Autônomos, a perda no valor recuperável é dada pelo montante provável de perda da carteira (Perda Estimada), decorrente de inadimplência ou de *default*, conforme estabelecido na nota explicativa 7.c.

Notas Explicativas



c. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

d. Receita operacional

i. Serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida no resultado tendo como base o mês da prestação do serviço, que ocorre mensalmente para o contrato de administração de ativos celebrado com a SEF e para o contrato de suporte administrativo celebrado com a Advocacia Geral do Estado (“AGE”). Para o contrato de alienação de imóveis, celebrado com a SEF, é considerado como mês base da prestação de serviço a data de finalização do processo de venda dos imóveis, sobre a qual a Companhia recebe uma comissão.

ii. Recuperação de créditos e Direitos de Crédito Autônomos

As receitas de recuperação de créditos adquiridos pela Companhia junto aos bancos Bemge e Credireal, por se tratarem de créditos contingentes decorrentes de operações de crédito com qualidade deteriorada e, portanto, registrados como créditos em liquidação nas instituições financeiras de origem, são reconhecidas somente no momento do efetivo recebimento financeiro.

Os Direitos de Crédito Autônomos são atualizados de acordo com as legislações e resoluções fiscais, que definem a taxa Selic, aplicada sobre o montante inicial do parcelamento (juros simples), como a taxa de correção dos parcelamentos. Essa atualização é considerada parte da receita operacional da Companhia.

iii. Receitas de participações acionárias

As receitas de participações acionárias são representadas por dividendos e juros sobre o capital próprio decorrentes de investimentos registrados pelo valor justo ou custo histórico, quando aplicável.

As distribuições de dividendos recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

e. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de atualização de créditos tributários, de aplicações em fundos e em CDBs e rendimentos de títulos e valores mobiliários. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com variações negativas de ativos financeiros, encargos financeiros incidentes sobre passivos e despesas bancárias diversas.

f. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Notas Explicativas



A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente é reconhecida no resultado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, relacionados a ajustes de avaliação patrimonial de ativos mensurados pelo valor justo, são classificados como passivos fiscais diferidos, cuja variação encontra-se reconhecida em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações contábeis intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social não foi reconhecido por falta de evidências convincentes de que haverá lucro tributável para compensação futura dos prejuízos fiscais.

g. Informação por segmento

A Administração entende haver apenas um segmento operacional, identificado a partir da maneira pela qual os processos são organizados dentro da Companhia para a tomada de decisões operacionais e para a avaliação de desempenho. As informações financeiras são divulgadas da mesma maneira e baseadas nas mesmas políticas como são reportadas internamente e utilizadas pelo principal gestor ou grupo de pessoas que tomam decisões sobre os recursos a serem alocados e avaliam o seu desempenho.

h. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

k. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC o Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

Notas Explicativas



- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;

Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de debêntures existentes podem exigir renegociação.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

4.1 Mensuração

a. Investimentos em instrumentos patrimoniais

O valor justo de instrumentos patrimoniais é apurado tendo como referência seus preços de fechamento na data de apresentação das informações financeiras e, se não há cotação de mercado, através de técnica de “valuation”. Técnicas de “valuation” aplicadas incluem múltiplos de mercado e fluxos de caixa descontados, usando fluxos de caixa esperados e uma taxa de desconto de mercado (vide nota 23).

Notas Explicativas



b. Direito Creditório – Credit Suisse

O Direito Creditório destacado na nota explicativa 7.e refere-se ao empréstimo das ações da CEMIG ao Banco de Investimentos Credit Suisse e, por ser um instrumento financeiro, é reconhecido pelo valor justo, que é calculado com base nas cotações das ações da CEMIG.

c. Opções Flexíveis sobre ações

As opções flexíveis sobre ações foram precificadas a valor justo conforme nota explicativa 8.

4.2 Divulgação

a. Direitos de Créditos Autônomos

O valor justo da carteira é dado pela diferença entre a exposição da carteira no momento do default (EAD) e a perda estimada da carteira (PE), calculada conforme nota explicativa 23, subtraído o Ajuste a Valor Justo (AVJ), explicado na nota 7.c. Os valores obtidos estão demonstrados abaixo:

	Exposição da Carteira (EAD)	Perda Estimada (PE)	Ajuste a Valor Justo (AVJ)	Valor Justo DCA (EAD - PE - AVJ)
31/03/2020	1.882.817	(1.005.767)	(8.955)	868.095
31/12/2020	1.923.685	(978.849)	(2.757)	942.079
31/03/2021	1.933.832	(965.347)	(1.741)	966.744

b. Debêntures Subordinadas

As debêntures subordinadas são contabilizadas pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos, na medida em que a diferença entre o valor da emissão (R\$1.819.000) e o valor justo da carteira cedida pelo EMG em troca das debêntures emitidas pela MGI, no reconhecimento inicial (R\$1.084.000), é tratada como encargo financeiro.

c. Debêntures de 5ª Emissão

As debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta Restrita”), com intermediação de coordenadores, exclusivamente junto a Investidores Qualificados, no montante de R\$650.000, que foi considerado o valor justo desde o reconhecimento inicial.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	21	128
Aplicações financeiras	23.975	17.797
	<u>23.996</u>	<u>17.925</u>

Notas Explicativas

As aplicações financeiras da Companhia são de liquidez e rentabilidade diárias, representadas por fundos de renda fixa e fundos atrelados a depósitos interbancários com desempenho próximo à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Os Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”) são remunerados a aproximadamente 100% do CDI, podendo ser resgatados a qualquer tempo. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre Caa1 e Aa1, baseado na escala nacional da agência Moody’s.

6 Títulos e valores mobiliários

		<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aplicações financeiras vinculadas a pagamentos de:			
Convênios	a.	7.472	7.374
Debêntures	b.	54.578	62.793
Circulante		62.050	70.167
Aplicações financeiras vinculadas aos pagamentos de:			
Debêntures	b.	77.422	115.152
Não circulante		77.422	115.152
Total		139.472	185.319

Os títulos e valores mobiliários da Companhia são classificados como custo amortizado e referem-se a:

- a) Valor referente aos saldos das aplicações financeiras destinadas aos pagamentos de convênios.
- b) As aplicações financeiras estão vinculadas aos pagamentos das debêntures da quinta emissão. Essas contas foram abertas com a finalidade de atender às estruturas previstas na respectiva escritura. A quinta emissão de debêntures, que reestruturou a quarta emissão, cujos recursos captados foram destinados a programas sociais previstos no Plano Plurianual de Ação Governamental do EMG, tem como uma de suas garantias uma conta vinculada na qual são depositados todos os proventos relativos às ações CMIG4 alienadas e emprestadas.

Notas Explicativas



7 Contas a receber e outros créditos

		31/03/2021	31/12/2020
JCP/Dividendos a receber - parte relacionada	a.	146	-
JCP/Dividendos a receber		1	10
Valores a receber de clientes - parte relacionada	b.	552	430
Outras contas a receber – diversos		253	249
Créditos a recuperar		14	14
Direitos de Créditos Autônomos – parte relacionada	c.	9.115	9.042
Contas a receber - Credit Suisse	f.	28.089	28.089
Direitos Creditórios - Credit Suisse	e.	138.924	152.192
Circulante		177.094	190.026
Direitos de Créditos Autônomos	c.	957.629	933.037
Outras Contas a receber – diversos		792	810
Créditos a receber - Goes Cohabita	d.	5.105	5.105
Prov. para perdas de créditos a receber	d.	(5.105)	(5.105)
Direitos Creditórios - Credit Suisse	e.	903.005	1.065.346
Não Circulante		1.861.426	1.999.193
Total		2.038.520	2.189.219

- a) Os dividendos e juros sobre o capital próprio a receber decorrem dos investimentos da Companhia em partes relacionadas – Copasa no valor de R\$146.
- b) Saldo em aberto em 31 de março de 2021 com o EMG referente a contratos de prestação de serviços firmados junto à Secretaria de Estado de Fazenda (“SEF”).
- c) Direitos de Créditos Autônomos - Em 24 de julho de 2012, a Companhia firmou com o EMG contrato de cessão e aquisição de Direitos de Crédito Autônomos, tendo como intervenientes e anuentes o Itaú Unibanco S/A, a SEF e a AGE, direitos estes livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios e preferências decorrentes da propriedade de referidos Direitos de Crédito Autônomos, observados os termos, condições e restrições estabelecidos neste Contrato de Cessão Onerosa e na Lei nº 19.266/10.

O valor nominal adquirido foi de R\$1.819.000, contudo, devido à natureza e à composição do total de créditos cedidos, no momento da transferência dos créditos, a Companhia apurou um valor de R\$1.821.160, sendo que a diferença de R\$2.160 será objeto de ajuste entre o EMG e a Companhia, conforme o primeiro aditamento ao contrato de cessão. Esta diferença teve como contrapartida a rubrica de obrigações por repasse (conforme nota explicativa 13.d).

O valor nominal adquirido de R\$1.819.000 teve como contrapartida a emissão das debêntures subordinadas, no mesmo valor, registradas no passivo a longo prazo.

Os Direitos de Créditos Autônomos estão em conformidade com as informações prestadas pela SEF na data base de 31 de março de 2021.

Notas Explicativas



As parcelas a receber estão classificadas em circulante e não circulante, conforme demonstrado a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Movimen- -tação	Renego- -ciação (AVJ)	Variação AVJ e impairment	Atualização Monetária	Recebi- -mentos	Contas a receber do EMG	Saldo em 31/03/2021
Circulante	9.042	(6.460)	-	-	9.328	(2.795)	-	9.115
Não Circulante	1.914.643	6.460	3.325	-	289	-	-	1.924.717
Ajuste a valor justo	(2.757)	-	-	1.016	-	-	-	(1.741)
Impairment acumulado	(978.849)	-	-	13.502	-	-	-	(965.347)
Totais	942.079	-	3.325	14.518	9.617	(2.795)	-	966.744

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgadas na nota explicativa 23.

A segregação da composição da conta dos Direitos de Créditos Autônomos não rompidos, conforme prazo de realização, está demonstrada abaixo:

CARTEIRA DE RECEBÍVEIS	
CLASSIFICAÇÃO	SALDO DEVEDOR
Vencidos, mas não rompidos	
A vencer	505
Até 12 meses	8.610
de 12 a 24 meses	7.096
de 24 a 36 meses	6.280
de 36 a 48 meses	6.649
de 48 a 60 meses	5.815
Após 60 meses	17.622
Total do valor nominal atualizado	52.577
Direitos Creditórios Rompidos (1)	1.881.255
Ajustes a valor justo (2)	(1.741)
Impairment acumulado (3)	(965.347)
Total	966.744

- (1) Refere-se a créditos vencidos e não recebidos cuja inadimplência supera noventa dias, considerados rompidos pelas normas de parcelamento.
- (2) Refere-se ao custo de transação da carteira, dado pela diferença entre o custo de aquisição da carteira e seu valor justo no reconhecimento inicial, e é contabilizado pelo custo amortizado, usando o método dos juros efetivos.
- (3) Diferença entre o valor contábil e o valor justo da carteira, em 31 de março de 2021.

Notas Explicativas**Impacto do COVID-19 na Carteira de Direitos de Créditos Autônomos - DCA**

O COVID-19 causou e vem causando impactos na economia, diante da situação de pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a qual reforçou a necessidade de implementação de medidas de distanciamento social que impactam negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de oportunidades no mercado de trabalho e fechamento de lojas e instalações. Isso para o Estado de Minas Gerais é prejudicial, pois é daí a sua maior obtenção de receita, que é o recolhimento do imposto ICMS que incide sobre as mercadorias e serviços vendidos.

Esses impactos econômicos geraram reflexos na carteira de Direitos de Crédito Autônomos, cujas alterações no trimestre findo em 31 de março de 2021 encontram-se apresentadas trimestralmente a seguir:

Carteira Ativa			
Mês	Carteira Ativa*	Variação Mensal (R\$)	Variação Mensal (%)
Dezembro/2019	80.044	-	-
Março/2020	74.818	(5.226)	(6,53)
Junho/2020	42.983	(31.835)	(42,55)
Setembro/2020	50.344	7.361	17,13
Dezembro/2020	52.816	2.472	4,91
Março/2021	52.577	(240)	(0,45)

*Carteira líquida

Carteira de Créditos Rompidos			
Mês	Rompidos	Variação Mensal (R\$)	Variação Mensal (%)
Dezembro/2019	1.793.136	-	-
Março/2020	1.807.999	14.863	0,83
Junho/2020	1.853.107	45.108	2,49
Setembro/2020	1.864.366	11.259	0,61
Dezembro/2020	1.870.869	6.503	0,35
Março/2021	1.881.255	10.386	0,56

Recebimentos Mensais			
Mês	Recebimentos	Variação Mensal (R\$)	Variação Mensal (%)
Dezembro/2019	4.348	-	-
Março/2020	4.476	128	2,94
Junho/2020	2.563	(1.913)	(42,74)
Setembro/2020	3.190	627	24,46
Dezembro/2020	3.218	28	0,88
Março/2021	2.795	(423)	(13,14)

Notas Explicativas



Conforme se verifica nos demonstrativos acima, houve um relevante aumento da inadimplência desde o início da pandemia, ocasionando acentuada redução da carteira ativa devido à migração de créditos ativos para rompidos. Como consequência, observa-se uma forte queda nos recebimentos. Percebe-se uma acentuada queda no 2º trimestre de 2020, com uma pequena recuperação já no 3º trimestre de 2020 devido a certa flexibilização do isolamento e a reabertura de parte do comércio e nota-se o início de uma retomada, com a desaceleração do crescimento dos créditos rompidos e um singelo crescimento nos recebimentos. No 4º trimestre de 2020 observa-se certa estabilidade e no 1º trimestre de 2021, novamente queda moderada nos recebimentos, provavelmente resultado de retração econômica no Estado de Minas Gerais com relevante participação da 2ª onda da COVID 19.

- d) Em 1989, a MGI alienou o controle acionário do Banco Agrimisa S.A. para a Góes Cohabita Participações Ltda. Em 1990 foi ajuizada Ação Popular nº 6667027-86.1990.8.13.0024, ainda em trâmite, visando anular a operação de alienação citada. Considerando este fato, o Conselho de Administração da Companhia, de forma a prevenir os efeitos de eventual sucesso da Ação Popular, deliberou pela provisão da perda total do crédito, em 20 de junho de 2002, conforme Ata da 95ª Reunião.
- e) Direitos Creditórios do Empréstimo de Ações, relativos a 79.963.917 ações CMIG4, correspondentes à obrigação assumida pelo Banco de Investimentos Credit Suisse (BICS) de devolvê-las, conforme definido no Contrato de Empréstimo de Ações. Em janeiro de 2021, ocorreu o vencimento da 4ª tranche das opções de compra e venda, e com isso, deveria haver a devolução de 5.330.927 ações CMIG4 para a MGI, porém decidiu-se fazer o 10º aditamento do Contrato de Empréstimo de Ações CMIG4, com o BICS devolvendo apenas a diferença entre a quantidade que deveria devolver e a quantidade de ações que deveria receber da MGI devido ao anúncio de Distribuição de Juros sobre Capital Próprio em 30 de dezembro de 2020 (1.672.704 ações), resultando em 3.658.223 ações CMIG4 devolvidas a MGI no valor de R\$47.667.

A MGI, baseando-se no CPC 48 – Instrumentos financeiros, apurou ganho de ajuste a valor justo sobre 79.963.917 ações da CEMIG emprestadas ao Credit Suisse, lançado diretamente em conta de resultado. O quadro abaixo destaca as informações:

Notas Explicativas



Ações	Quantidade de ações em 31/12/2020	Quantidade de ações em 31/03/2021	Custo de aquisição ou Cotação em 31/12/2020 (R\$)	Cotação em 31/03/2021 (R\$)	Redução do Valor Justo unitário (R\$)	Valor justo em 31/12/2020	Empréstimos e devoluções	Ganho/Perda de Valor Justo(R\$)	Valor justo em 31/03/2021
CEMIG	83.622.140	83.622.140	14,56	13,03	(1,53)	1.217.538	-	(127.942)	1.089.596
Totais		(3.658.223)	11,2398	13,03	1,7902	-	(41.118)	(6.549)	(47.667)
		79.963.917				1.217.538	(41.118)	(134.491)	1.041.929
Circulante		10.661.854						138.924	
Não circulante		69.302.063						903.005	

Ações	Quantidade de ações em 31/12/2019	Quantidade de ações em 31/03/2020	Custo de aquisição ou Cotação em 31/12/2019 (R\$)	Cotação em 31/03/2020 (R\$)	Redução do Valor Justo unitário (R\$)	Valor justo em 31/12/2019	Empréstimos e devoluções	Ganho/Perda de Valor Justo(R\$)	Valor justo em 31/03/2020
CEMIG	86.055.995	86.055.995	13,79	8,91	(4,88)	1.186.712	-	(419.953)	766.759
Totais		(3.120.278)	13,9554	8,91	(5,0454)	-	(43.545)	15.743	(27.802)
		82.935.717				1.186.712	(43.545)	(404.210)	738.957
Circulante		10.661.854						94.997	
Não circulante		72.273.863						643.960	

Ações	Quantidade de ações em 31/12/2019	Quantidade de ações em 31/12/2020	Custo de aquisição ou Cotação em 31/12/2019 (R\$)	Cotação em 31/12/2020 (R\$)	Redução do Valor Justo unitário (R\$)	Valor justo em 31/12/2019	Empréstimos e devoluções	Ganho/Perda de Valor Justo(R\$)	Valor justo em 31/12/2020
CEMIG	86.055.995	86.055.995	13,79	14,56	0,77	1.186.712	-	66.263	1.252.975
		3.580.847	0,00	14,56	14,56	-	-	52.137	52.137
		(4.144.683)	13,9554	14,56	0,6046	-	(57.841)	(2.506)	(60.347)
		(1.870.019)	6,57	14,56	7,99	-	(12.286)	(14.941)	(27.227)
Totais		83.622.140				1.186.712	(70.127)	100.953	1.217.538
Circulante		10.452.766						152.192	
Não circulante		73.169.374						1.065.346	

- f) As contas a receber do Credit Suisse, no montante de R\$28.089, referem-se a dividendos e JCP correspondentes às ações CMIG4 emprestadas pela MGI ao Credit Suisse, a serem pagos pela CEMIG em duas parcelas, até 31 de dezembro de 2021. Conforme cláusula 3.3 do contrato de empréstimo de ações, os proventos líquidos efetivamente recebidos pelo Credit Suisse, relativos às ações emprestadas, serão ressarcidos à MGI em até 01 (um) dia útil após a solicitação formal pela Companhia.

Notas Explicativas



8 Opções flexíveis de ações

No escopo da repactuação da 4ª Emissão de Debêntures, por meio da 5ª Emissão de Debêntures, as garantias dadas aos debenturistas foram reestruturadas. Além do empréstimo de ações CMIG4, a nova estrutura contemplou a celebração de operações de opções flexíveis sobre ações, do tipo europeias, cujo preço de liquidação é dado pela média aritmética simples dos preços médios de fechamento da CMIG4 (opções asiáticas) dos dez pregões imediatamente anteriores à data de vencimento de cada opção. A tabela abaixo mostra as opções de venda, de titularidade da Companhia, e as opções de compra, lançadas pela Companhia, em 31 de março de 2021:

Data de Vencimento	Opções de Venda				Opções de Compra			
	Lançador	Titular	Quantidade	Preço de exercício (R\$)	Lançador	Titular	Quantidade	Preço de exercício (R\$)
12/07/2021	Credit Suisse	MGI	5.330.927	4,98	MGI	Credit Suisse	5.330.927	10,16
12/01/2022	Credit Suisse	MGI	5.330.927	4,98	MGI	Credit Suisse	5.330.927	10,16
12/07/2022	Credit Suisse	MGI	5.330.927	4,98	MGI	Credit Suisse	5.330.927	10,16
12/01/2023	Credit Suisse	MGI	5.330.927	4,98	MGI	Credit Suisse	5.330.927	10,16
12/07/2023	Credit Suisse	MGI	5.330.927	4,98	MGI	Credit Suisse	5.330.927	10,16
12/01/2024	Credit Suisse	MGI	5.330.927	4,98	MGI	Credit Suisse	5.330.927	10,16
12/07/2024	Credit Suisse	MGI	5.330.927	4,98	MGI	Credit Suisse	5.330.927	10,16
13/01/2025	Credit Suisse	MGI	5.330.927	4,98	MGI	Credit Suisse	5.330.927	10,16
14/07/2025	Credit Suisse	MGI	5.330.927	4,98	MGI	Credit Suisse	5.330.927	10,16
12/01/2026	Credit Suisse	MGI	5.330.927	4,98	MGI	Credit Suisse	5.330.927	10,16
13/07/2026	Credit Suisse	MGI	5.330.927	4,98	MGI	Credit Suisse	5.330.927	10,16
12/01/2027	Credit Suisse	MGI	5.330.927	4,98	MGI	Credit Suisse	5.330.927	10,16
12/07/2027	Credit Suisse	MGI	5.330.927	4,98	MGI	Credit Suisse	5.330.927	10,16
12/01/2028	Credit Suisse	MGI	5.330.927	4,98	MGI	Credit Suisse	5.330.927	10,16
12/07/2028	Credit Suisse	MGI	5.330.939	4,98	MGI	Credit Suisse	5.330.939	10,16
TOTAL			79.963.917				79.963.917	

Conforme estabelecido no Contrato de Hedge, em sua cláusula 6 “Ajustes Adicionais”, toda vez que ocorrer anúncio de pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio e outros proventos pela CEMIG referentes às ações preferenciais da companhia (CMIG4), a quantidade e o preço de exercício das opções devem ser ajustados de acordo com este contrato.

Fica acordado que, caso o Credit Suisse solicite o novo empréstimo de ações CMIG4s devido aos ajustes adicionais, a quantidade de ações emprestadas deve ser pelo menos igual ao somatório das quantidades de opções flexíveis de compra então vigentes.

O somatório dos prêmios referentes às opções de venda é equivalente ao somatório dos prêmios referentes às opções de compra.

Notas Explicativas



As opções de venda correspondem a um ativo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja inferior ao preço de exercício, a Companhia receberá a diferença positiva entre o preço de exercício e o preço de liquidação, multiplicada pela quantidade de opções correspondente. As opções de compra, por sua vez, correspondem a um passivo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja superior ao preço de exercício, a Companhia pagará a diferença positiva entre o preço de liquidação e o preço de exercício, multiplicada pela quantidade de opções correspondente.

Em 30 de dezembro de 2020, a Cemig anunciou aos acionistas declaração de juros sobre capital próprio, gerando um aumento de 1.672.704 ações CMIG4 a emprestar para o BICS em cumprimento à cláusula 6 do Contrato de Hedge.

Em janeiro de 2021, ocorreu o vencimento da 4ª tranche das opções flexíveis de compra e de venda. Como o preço médio da ação (no valor de R\$14,49) foi superior ao preço de exercício das Opções Flexíveis de Compra (valor de R\$10,1566), a Companhia efetuou o pagamento no valor total de R\$23.101 ao Credit Suisse, equivalente à diferença do preço de liquidação em relação ao de exercício no valor de R\$4,33 multiplicado pela quantidade de 5.330.927 opções.

A tabela abaixo apresenta o valor justo das opções, apurado por meio de cálculo usando a calculadora “OVME” do terminal Bloomberg:

Data de Vencimento	Volatilidade	Opções de Venda			Opções de Compra		
		Valor justo unitário (R\$)	Quantidade	Valor Justo Total (R\$ mil)	Valor justo unitário (R\$)	Quantidade	Valor Justo Total (R\$ mil)
12/07/2021	43,03%	0,00	5.330.927	-	2,96	5.330.927	15.796
12/01/2022	43,03%	0,00	5.330.927	25	3,41	5.330.927	18.153
12/07/2022	45,52%	0,04	5.330.927	214	3,89	5.330.927	20.760
12/01/2023	45,52%	0,09	5.330.927	471	4,25	5.330.927	22.675
12/07/2023	44,41%	0,13	5.330.927	666	4,50	5.330.927	24.001
12/01/2024	44,41%	0,17	5.330.927	911	4,76	5.330.927	25.387
12/07/2024	44,58%	0,22	5.330.927	1.151	5,00	5.330.927	26.636
13/01/2025	44,58%	0,25	5.330.927	1.345	5,19	5.330.927	27.692
14/07/2025	45,69%	0,31	5.330.927	1.653	5,43	5.330.927	28.939
12/01/2026	45,69%	0,34	5.330.927	1.800	5,57	5.330.927	29.716
13/07/2026	48,27%	0,43	5.330.927	2.272	5,86	5.330.927	31.234
12/01/2027	48,27%	0,45	5.330.927	2.378	5,97	5.330.927	31.820
12/07/2027	47,42%	0,44	5.330.927	2.347	6,01	5.330.927	32.046
12/01/2028	47,42%	0,45	5.330.927	2.407	6,09	5.330.927	32.476
12/07/2028	46,81%	0,44	5.330.939	2.367	6,13	5.330.939	32.653
TOTAL			79.963.917	20.007		79.963.917	399.984
Circulante			10.661.854	25		10.661.854	33.949
Não Circulante			69.302.063	19.982		69.302.063	366.035

Notas Explicativas

Segue abaixo demonstrativo do ajuste a valor justo das opções flexíveis reconhecidos diretamente no resultado:

	31/12/2020	AVJ (nota 20)	31/03/2021
Opções de Venda	25.857	(5.850)	20.007
Opções de Compra	483.036	(83.052)	399.984

Impacto do COVID-19 nas Opções

Devido à propagação do COVID-19, houve uma piora do cenário econômico com a redução da atividade econômica em todo o país afetando as empresas e consequentemente a Bolsa de valores, em que a MGI possui ações preferenciais da CEMIG (“CMIG4”), bem como opções flexíveis de compra e venda sobre ações CMIG4 listadas na B3, e que afetam o Índice de Cobertura utilizado para cálculo da suficiência das garantias das debêntures da 5ª emissão.

	31/12/2019	31/03/2020	30/06/2020	30/09/2020	31/12/2020	31/03/2021
Cotação da CEMIG	13,79	8,91	11,02	10,10	14,56	13,03
Opções de Compra	417.763	180.960	324.596	256.850	483.036	399.984
Opções de Venda	31.469	57.841	42.380	43.136	25.857	20.007
Diferença das Opções	386.294	123.119	282.216	213.714	457.179	379.977

As ações da Cemig, assim como a grande maioria das ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo, sofreram grandes oscilações no valor de mercado com o avanço da pandemia causado pelo COVID-19. Comparado com o final do exercício de 2020, a ação acabou apresentando uma variação negativa. As opções flexíveis de ações, instrumento utilizado pela Companhia para proteção do investimento na CMIG4 para casos de grandes oscilações, apresentaram tendência contrária a das ações, movimento natural dessa ferramenta, e acabaram incorrendo em ganho de valor justo de R\$77.202 no total (R\$0,97 por ação emprestada) no exercício de 2020, neutralizando parcialmente a perda no valor de mercado das ações da CMIG4 de R\$1,53 por ação no mesmo período, que montou R\$127.942, isto desconsiderando o ajuste a valor justo dos empréstimos e devoluções de ações.

9 Tributos a compensar

	31/03/2021	31/12/2020
Tributos a compensar - IRPJ/CSLL-INSS	a. 7.842	3.157
Tributos retidos	b. 960	4.976
Ativo Circulante	8.802	8.133
Tributos a compensar - IRPJ/CSLL/INSS	a. 18.025	26.347
Ativo Não Circulante	18.025	26.347
Total	26.827	34.480

a. Tributos a compensar – IRPJ/CSLL

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, em exercícios anteriores, sobre as aplicações financeiras, serviços prestados e JSCP não compensados na apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica devido à Companhia estar apresentando prejuízo fiscal desde o exercício de 2014. O saldo remanescente será restituído e ou compensado à medida que novos tributos a recolher (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF e outros) forem apurados. A companhia foi restituída em R\$ 5.520 referente ao saldo negativo de IRPJ de 2017 no primeiro trimestre de 2021.

Notas Explicativas**b. Tributos retidos**

Valor do Imposto de Renda Retido na Fonte, no trimestre findo em 31 de março de 2021, sobre as aplicações financeiras, serviços prestados e JSCP, a serem compensados com o próprio tributo.

10 Depósitos judiciais

		31/03/2021	31/12/2020
Cível	(a)	2.532	2.664
Total		2.532	2.664

- a. Depósitos judiciais para garantia de execução de operações de crédito (Créditos em Liquidação) e depósitos, arrestos e bloqueios judiciais (“penhoras on-line”) sobre contas correntes e aplicações financeiras da Companhia para garantias de honorários de sucumbência.

11 Outros investimentos

Os investimentos apresentaram a seguinte movimentação:

	CEMIG	COPASA	BDMG	GERDAU S.A	GERDAU OUTRAS	CODEMGE	OUTROS	TOTAL
Saldos em 31/12/2020	102.189	7.609	16.622	1.453	2.411	15	8	130.307
Devolução de ações emprestadas (i)	41.118	-	-	-	-	-	-	41.118
AVJ de Devolução de ações emprestadas (Nota 14.b)	6.549	-	-	-	-	-	-	6.549
Ajuste a valor justo (Nota 14.b)	(10.738)	(603)	-	343	-	-	(1)	(10.999)
Impairment/(Reversão de Impairment)	-	-	(210)	-	-	-	-	(210)
Saldos em 31/03/2021	139.118	7.006	16.412	1.796	2.411	15	7	166.765

i) Devolução de ações emprestadas

Conforme consta na Cláusula 4.3 – Instrumento Particular de Contrato de empréstimo de ações preferencias, firmado entre MGI e o Credit Suisse, as CMIG4s Emprestadas, uma vez emprestadas e colocadas à disposição do BICS (Banco de Investimentos Credit Suisse) pela MGI, serão devolvidas à MGI nas quantidades e datas de devolução definidas no Anexo 3.4 (Cada uma, uma quantidade aplicável de CMIG4s e uma data de devolução, respectivamente). Neste caso, o BICS obriga-se a restituir à MGI, em cada data de devolução, a quantidade aplicável de CMIG4s nas contas vinculadas, as quais ficarão oneradas nos termos do Contrato de Garantia e conforme os procedimentos ali estabelecidos. Foram devolvidas 3.658.223 ações CMIG4 à MGI em janeiro de 2021.

Notas Explicativas



Em dezembro de 2020, com a divulgação do Aviso aos Acionistas da CEMIG da declaração de Juros Sobre Capital Próprio – JCP, ocorreu ajuste nas quantidades de opções flexíveis e, consequentemente, tornou-se necessário realizar um empréstimo adicional de ações CMIG4 ao Credit Suisse, a fim de igualar o quantitativo de ações emprestadas à quantidade de opções. Toda a operação envolvendo empréstimo e devolução de ações por vencimento da 4ª tranche, quantidades e valores, estão citadas na nota 7.e.

No último trimestre de 2020 a ação da COPASA sofreu desdobramento, no qual triplicou a quantidade de ações e reduziu proporcionalmente o preço de mercado da ação.

Desta forma, o valor justo dos investimentos da Companhia em 31 de março de 2021 está representado por 10.676.712 ações preferenciais da Cemig (36 ações livres e 10.676.677 ações bloqueadas), 463.920 ações ordinárias da Copasa, 59.422 ações da Gerdau S.A., dentre outros investimentos, e são apurados por referência aos seus preços de fechamento na data base das informações contábeis intermediárias, classificados no nível 1 - mercado ativo - preço cotado (vide nota 23.I).

A MGI, baseando-se no CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, apurou no período resultado negativo de ajuste a valor justo sobre ações da CEMIG e COPASA, e resultado positivo na GERDAU S.A. conforme detalhado no quadro abaixo:

Ações	Quantidade de ações em 31/12/2020	Quantidade de ações em 31/03/2021	Custo de aquisição ou Cotação em 31/12/2020 (R\$)	Cotação em 31/03/2021 (R\$)	Redução do Valor Justo unitário (R\$)	Valor justo em 31/12/2020	Empréstimos e devoluções	Ganho/Perda de Valor Justo(R\$)	Valor justo em 31/03/2021
CEMIG(i)	7.018.489	7.018.489	14,56	13,03	(1,53)	102.189	-	(10.738)	91.451
CEMIG(ii)	-	3.658.223	11,2398	13,03	1,7902	-	41.118	6.549	47.667
COPASA	463.920	463.920	16,40	15,10	(1,30)	7.609	-	(603)	7.006
GERDAU	59.422	59.422	24,45	30,22	5,7700	1.453	-	343	1.796
Totais						111.251	41.118	(4.449)	147.920

Ações	Quantidade de ações em 31/12/2019	Quantidade de ações em 31/03/2020	Custo de aquisição ou Cotação em 31/12/2019 (R\$)	Cotação em 31/03/2020 (R\$)	Redução do Valor Justo unitário (R\$)	Valor justo em 31/12/2019	Empréstimos e devoluções	Ganho/Perda de Valor Justo(R\$)	Valor justo em 31/03/2020
CEMIG(i)	1.003.787	1.003.787	13,79	8,91	(4,88)	13.842	-	(4.898)	8.944
CEMIG(ii)	-	3.120.278	13,9554	8,91	(5,0454)	-	43.545	(15.744)	27.801
COPASA	154.640	154.640	67,99	40,90	(27,09)	10.515	-	(4.190)	6.325
GERDAU	59.422	59.422	20,00	10,05	-9,9500	1.189	-	(591)	598
Totais						25.546	43.545	(25.423)	43.668

Ações	Quantidade de ações em 31/12/2019	Quantidade de ações em 31/12/2020	Custo de aquisição ou Cotação em 31/12/2019 (R\$)	Cotação em 31/12/2020 (R\$)	Redução do Valor Justo unitário (R\$)	Valor justo em 31/12/2019	Empréstimos e devoluções	Ganho/Perda de Valor Justo(R\$)	Valor justo em 31/12/2020
CEMIG(i)	1.003.787	1.003.787	13,79	14,56	0,77	13.842	-	773	14.615
CEMIG(iii)	-	1.870.019	6,57	14,56	7,99	-	12.286	14.941	27.227
CEMIG(iv)	-	4.144.683	13,96	14,56	0,60	-	57.840	2.507	60.347
COPASA	154.640	154.640	67,99	16,40	(51,59)	10.515	-	(7.978)	2.537
COPASA	-	309.280	0,00	16,40	16,40	-	-	5.072	5.072
GERDAU	59.422	59.422	20,00	24,45	4,45	1.189	-	264	1.453
Totais						25.546	70.126	15.579	111.251

Notas Explicativas



Os ganhos e perdas referentes à variação líquida dos ativos financeiros acima foram reconhecidos em outros resultados abrangentes e reconhecidos diretamente no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial).

Segregação das ações da CEMIG

Em 28 de fevereiro de 2014, o acionista controlador, Estado de Minas Gerais, aumentou o Capital Social da Companhia por meio de transferência de 65.965.387 ações preferenciais da Cemig, totalizando R\$870.743. Com este aporte de ações, adicionado a 3.034.613 ações preferencias já pertencentes à MGI, foi constituída a garantia real 69.000.000 ações preferenciais, para a emissão de 650 debêntures, conforme Escritura Particular de 4ª Emissão de Debêntures Simples (vide nota 1).

Em 26 de agosto de 2015, no contexto da repactuação da 4ª Emissão de Debêntures, conforme descrito na nota 12.b, a Companhia firmou Contrato de Empréstimo de Ações, visando ao aluguel de ações para o Banco de Investimentos Credit Suisse.

Com as novas aquisições de ações e empréstimos adicionais, já mencionados acima, as ações que fazem parte do investimento da Companhia, na data destas demonstrações, encontram-se assim segregadas:

	31/03/2021	31/12/2020
Cemig – Livres	36	36
Cemig – Bloqueadas como garantia das Debêntures da 5ª Emissão	10.676.677	7.018.454
Cemig – Empréstadas (direitos creditórios - Vide nota 7.e)	79.963.917	83.622.140
	90.640.630	90.640.630

12 Debêntures

Os saldos devedores das Debêntures em 31 de março de 2021 estão assim evidenciados:

Tipo	Saldo em 31/12/2020	Movimentação	Atualização	Amortização Principal	Amortização juros	Saldo em 31/03/2021
Debêntures Subordinadas						
Passivo circulante	-	-	-	-	-	-
Passivo não circulante	1.085.473	-	4.454	-	-	1.089.927
Efeito do valor justo no reconhecimento inicial	(143.395)	-	20.211	-	-	(123.184)
Total	942.078	-	24.665	-	-	966.743
Debêntures 5ª emissão (c)						
Passivo circulante	62.387	23.975	7.393	(24.076)	(15.507)	54.172
Passivo não circulante	525.330	(23.975)	-	-	-	501.355
Total	587.717	-	7.393	(24.076)	(15.507)	555.527
TOTAL DE DEBÊNTURES	1.529.795	-	32.058	(24.076)	(15.507)	1.522.270
Passivo circulante	62.387	23.975	7.393	(24.076)	(15.507)	54.172
Passivo não circulante	1.467.408	(23.975)	24.665	-	-	1.468.098

Notas Explicativas



a. Debêntures de 2ª Emissão - Subordinadas

Em 24 de julho de 2012, a Companhia emitiu 181.900 debêntures da espécie subordinada, no valor total de R\$1.819.000, com vencimento em dez anos, atualizadas por 85% da taxa DI. Todas as debêntures foram subscritas pelo EMG e utilizadas para realizar o pagamento da cessão dos Direitos de Crédito Autônomos à Companhia.

O prazo de amortização das Debêntures Subordinadas é de 10 anos, o vencimento final ocorrerá em 24 de julho de 2022, sem previsão de amortizações intermediárias ordinárias, entretanto, poderão ser feitas amortizações extraordinárias, a critério da Emissora.

A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, promover o resgate antecipado da totalidade das Debêntures Subordinadas, que será calculado pelo valor devido até a data do resgate (valor nominal das debêntures, acrescido de juros), somado ao prêmio, definido como a diferença positiva entre o saldo dos direitos de crédito autônomos e o valor devido.

O resgate antecipado facultativo total poderá ocorrer mediante a dação em pagamento do saldo dos Direitos de Crédito Autônomos, definido como a diferença entre a totalidade dos direitos creditórios cedidos e o valor correspondente dos direitos creditórios pagos até a data do resgate antecipado. Portanto, os parcelamentos classificados como “Rompidos”, ou seja, aqueles cuja inadimplência supera noventa dias, nos relatórios enviados mensalmente pela SEF, poderão ser usados no pagamento do resgate antecipado facultativo. Não há nenhuma cláusula restritiva para as Debêntures Subordinadas.

b. Debêntures de 5ª Emissão

Em 30 de maio de 2014, a Companhia emitiu 650 debêntures da espécie simples, com garantia real, no total de R\$650.000, com vencimento em 18 anos, remuneradas pelo seu valor unitário equivalente a 100% das taxas médias referenciais para depósitos interfinanceiros no Brasil - DI, acrescidas de spread de 3,4376% a.a. Essas debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº476/2009, sob o regime de garantia firme de colocação com a intermediação dos Coordenadores, nos termos do Contrato de Distribuição.

Em 26 de agosto de 2015, a Companhia assinou a Escritura da 5ª Emissão de Debêntures, que prevê a emissão de até 900 debêntures simples, não conversíveis em ações, de sua 5ª (quinta) emissão, sendo que a primeira integralização das debêntures da 5ª emissão ocorreu em 26 de novembro de 2015, por meio da dação em pagamento das debêntures da 4ª emissão, as quais foram canceladas.

O prazo de amortização das Debêntures da 5ª Emissão é de 204 meses a partir da data de emissão, com amortizações semestrais a partir de julho de 2019 e vencimento final em 12 de julho de 2032.

As Debêntures da 5ª Emissão fazem jus a uma remuneração correspondente a 100% (cem por cento) das taxas médias dos Certificados de Depósito Interfinanceiro - CDI, acrescida de spread de 3,4376% a.a.

A 5ª Emissão tem como principal “covenant” o Índice de Cobertura (IC), com algumas modificações em seu cálculo, para contemplar o “valor do hedge”, dado pelo produto da quantidade de opções de venda pelo preço de exercício dessas opções. Caso o IC, que é apurado em todos os dias úteis, torne-se inferior a 155% (cento e cinquenta e cinco por cento), a emissora deverá proceder reforço de garantia para restabelecer o IC no patamar mínimo de 185%. Em contrapartida, caso, em qualquer data de verificação, o IC seja superior a 215% e não tenha havido ou esteja em curso evento de vencimento antecipado ou evento de avaliação, a emissora pode requerer ao agente de garantia a liberação do excesso de recursos até o IC retornar ao patamar de 185%.

Notas Explicativas

A Companhia pode, ainda, proceder complemento voluntário de garantia de forma que o IC atinja, no mínimo, 160%, em até dois dias úteis após o rompimento, sendo dispensada, dessa forma, da recomposição do IC no patamar mínimo de 185%.

A Companhia acompanha o fluxo de realização e efetua o cálculo deste índice, o qual foi atendido em 31 de março de 2021.

O pagamento das debêntures é garantido pela: (i) alienação fiduciária de 10.676.677 ações preferenciais de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG de titularidade da Companhia (vide nota 11); (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, decorrentes do Contrato de Hedge, conforme definido na Escritura da Quinta Emissão; (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, decorrentes do Contrato de Empréstimo de Ações, conforme definido na Escritura da Quinta Emissão; e (iv) cessão fiduciária da conta corrente nº 72913 mantida junto à agência 001 do Banco Credit Suisse. As garantias reais serão compartilhadas entre os titulares das debêntures da 5ª Emissão, e o Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior.

13 Obrigações por repasses

		<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Obrigações com ex-acionistas do Bemge	a.	8.195	8.587
Recursos da venda de imóveis de terceiros com EMG - partes relacionadas	b.	326	52
Créditos de terceiros	c.	676	623
Obrigações com EMG - partes relacionadas CP	d.	19.740	19.800
Obrigações com EMG - partes relacionadas LP	d.	2.160	2.160
Outras obrigações CP		268	267
Outras obrigações LP		200	267
		<u>31.565</u>	<u>31.756</u>
Circulante		29.205	29.329
Não Circulante		2.360	2.427

- a) Valores retidos do resultado da recuperação de créditos do Bemge, conforme contrato de cessão de créditos firmado entre a Companhia e Bemge (nota 1), destinados à distribuição semestral aos ex-acionistas respeitando o limite do fundo rotativo para cobertura de despesas com a recuperação de créditos e eventuais condenações em honorários de sucumbência, cujo montante foi definido pelo Conselho de Administração;
- b) Recursos a repassar oriundos da venda de imóveis pertencentes ao EMG e administrados pela Companhia, conforme contrato de prestação de serviços firmados junto à SEF. Os recursos da venda desses imóveis são recebidos pela Companhia e repassados ao EMG quando da finalização do processo licitatório de alienação;

Notas Explicativas

- c) Recursos decorrentes da recuperação de créditos em liquidação a serem repassados ao EMG conforme contrato de prestação de serviços de administração de ativos.
- d) Valor relativo à diferença apurada na cessão dos direitos de crédito autônomos (R\$2.160), conforme descrito na nota 7 b., obrigações por repasse relativas a devoluções de saldo remanescente de convênios encerrados, abatidos os valores repassados a novos convênios (R\$19.733) e valores a repassar referente a rendimento de aplicação financeira nas vendas de imóveis (R\$7).

14 Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia adota a apuração de IRPJ e CSLL com base no lucro real anual com recolhimentos mensais por estimativa ou balancete de redução ou suspensão. Os tributos definitivos são apurados ao término do exercício. A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas com a despesa registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(86.720)	(162.990)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	(29.485)	(55.417)
Receita de dividendos	(13)	(12)
Encargos Financeiros com opções	7.854	-
Provisão/Reversão para perda de investimentos	71	(36)
<i>Impairment</i> Direitos creditórios	(4.591)	(4.418)
Ajuste a valor justo (i)	24.874	52.320
Tributo diferido não constituído	1.290	7.563
Total Imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	<u>-</u>
Alíquota Efetiva	<u>0%</u>	<u>0%</u>
Base de cálculo negativa/Prejuízo Fiscal (a)	<u>3.794</u>	<u>22.244</u>

- i. Ajustes a valor justo referente às ações da Cemig, Opções Flexíveis de ações e Direitos de Créditos Autônomos conforme consta na Demonstração do Resultado e Nota 20, mais amortização do reconhecimento inicial dos Direitos de Créditos Autônomos (nota 7.c) e Debêntures (nota 12).

a. Ativo fiscal diferido

Em relação aos créditos de IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa apuradas desde o exercício de 2014 até 31 de março de 2021 assim como sobre diferenças temporárias, no valor total de R\$312.834, que seriam registrados no ativo diferido, não há perspectiva de lucros fiscais nos próximos exercícios. A Companhia controla os saldos somente no Lalur, conforme recomenda o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro.

Notas Explicativas**b. Passivo fiscal diferido**

O passivo fiscal diferido tem como base de cálculo os ganhos e perdas de ajuste a valor justo dos ativos financeiros classificados como por meio de outros resultados abrangentes conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Saldo acumulado bruto de diferenças temporárias	18.232	-
Imposto de renda (15% + adicional 10%)	4.558	-
Contribuição social (9%)	<u>1.641</u>	<u>-</u>
Passivo fiscal diferido	<u>6.199</u>	<u>-</u>
Passivo fiscal diferido – 31 de dezembro de 2020	7.711	
Passivo fiscal diferido - 1º de janeiro de 2021	<u>7.711</u>	
Outros Resultados Abrangentes	(4.450)	
Imposto de renda (15% + adicional 10%)	(1.112)	
Contribuição social (9%)	<u>(401)</u>	
Passivo fiscal diferido constituído (revertido)	<u>(1.513)</u>	
Ativo Fiscal diferido não constituído	-	
Passivo fiscal diferido - 31 de março de 2021	<u>6.199</u>	

15. Partes relacionadas

A Companhia tem como controlador o EMG e as transações entre a Companhia e suas partes relacionadas abrangem as seguintes operações: (i) valores a receber decorrente de serviços prestados ao EMG; (ii) valores a repassar ao EMG conforme contrato de prestação de serviço firmado junto à SEF; (iii) debêntures subordinadas subscritas pelo EMG; (iv) dividendos do BDMG; (v) dividendos da Codemge; (vi) dividendos Cemig; (vii) dividendos Copasa.

Notas Explicativas



31/03/2021						
	Nota	Estado de MG	Cemig	BDMG	Copasa	Total
Ativos						
Circulante:		9.667	-	-	146	9.813
Contas a receber, JCP e Dividendos	7.a,b e c	9.667	-	-	146	9.813
Não Circulante:		957.629	-	-	-	957.629
Contas a receber	7.c	957.629	-	-	-	957.629
Passivos						
Circulante		20.066	-	-	-	20.066
Obrigações por Repasse	13.b,d	20.066	-	-	-	20.066
Debêntures 2ª emissão	12	-	-	-	-	-
Não Circulante		968.903	-	-	-	968.903
Debêntures 2ª emissão	12	966.743	-	-	-	966.743
Obrigações por Repasse	13	2.160	-	-	-	2.160
31/03/2021						
		Estado de MG	Cemig	BDMG	Copasa	Total
Receitas		396	-	-	172	568
Serviços Prestados	17	396	-	-	-	396
Participações Acionárias	17.b	-	-	-	172	172
Impairment	11	-	-	(210)	-	(210)
Outros Resultados Abrangentes	11	-	(4.189)	-	(603)	(4.792)
Custo com Debêntures 2ª Emissão	12	4.454	-	-	-	4.454

31/12/2020					
	Nota	Estado de MG	Cemig	Copasa	Total
Ativos					
Circulante:		9.472	-	-	9.472
Contas a receber, JCP e Dividendos	7.a, b e c	9.472	-	-	9.472
Não Circulante:		933.037	-	-	933.037
Contas a receber	7.c	933.037	-	-	933.037
Passivos					
Circulante		19.852	-	-	19.852
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-
Obrigações por repasse	13.b,d	19.852	-	-	19.852
Debêntures 2ª emissão		-	-	-	-
Não Circulante		944.238	-	-	944.238
Debêntures 2ª emissão	12	942.078	-	-	942.078
Obrigações por repasse	13.d	2.160	-	-	2.160

Notas Explicativas

		31/12/2020				
		Estado de MG	Cemig	BDMG	Copasa	Total
Receitas		1.352	54.788	53	1.293	57.486
Serviços prestados	17	1.352	-	-	-	1.352
Participações acionárias	17.b	-	54.788	53	1.293	56.134
Equivalência Patrimonial		-	-	-	-	-
Perda de Participação acionária		-	-	-	-	-
Impairment	11	-	-	489	-	489
Outros Resultados Abrangentes	11	-	18.221	-	(2.906)	15.315
Custo com Debêntures 2ª						
Emissão	12	24.899	-	-	-	24.899

As operações da MGI com partes relacionadas observam as diretrizes definidas em sua Política de Transações com Partes Relacionadas, especialmente os requisitos da competitividade, comutatividade, equidade, conformidade e transparência.

Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros do conselho de administração e diretores estatutários, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Não existe remuneração baseada em ações e a remuneração acumulada do pessoal-chave da administração da Companhia compreende:

	31/03/2021	31/03/2020
Diretoria	185	115
Conselho de Administração	63	88
Honorários	248	203

16. Patrimônio líquido**a. Capital social**

No 1º trimestre de 2021, a Companhia recebeu aporte de capital do seu acionista controlador, no montante de R\$17.000 (sem emissão de novas ações e cuja Assembleia Geral Extraordinária autorizando o aumento de capital aconteceu em 22 de dezembro de 2016), integralizando capital.

Notas Explicativas



A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$4.000.000. O Capital Social é composto por 574.438.888 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Sua composição acionária é a seguinte:

	Posição em 31/03/2021 e 31/12/2020	
	Quantidade de	
	Ações	%
Acionistas		
Estado Minas Gerais	574.184.398	99,9557%
BDMG	165.323	0,0288%
CEMIG	53.307	0,0093%
Ações em Tesouraria	35.860	0,0062%
Total	574.438.888	100,0000%

Em 31 de março de 2021, seu capital social subscrito é de R\$3.542.798, sendo o capital social integralizado no montante de R\$3.221.488 e o capital social a integralizar no valor de R\$321.310.

Parte desse Capital Social é composto por recursos aportados pelo acionista controlador, EMG, destinados a finalidades específicas: (i) o montante de R\$1.188.995 é destinado à promoção do desenvolvimento estadual por meio de convênios celebrados com entidades públicas municipais, autarquias e fundações; (ii) o valor de R\$828.856 foi aportado pela MGI na subsidiária EMIP, agora incorporada, para fins de pagamentos de contraprestações, em nome do Estado de Minas Gerais, aos parceiros privados no âmbito das PPPs.

Nesse sentido, para atendimento às melhores práticas contábeis, a Companhia reclassificou esses aportes de capital, sendo que desse total, o valor de R\$1.188.995 foi reclassificado da conta de Capital Social no Patrimônio Líquido para Obrigações por Repasse no Passivo não Circulante, pois os recursos originários dessa transação são exclusivos para repasses aos conveniados, caracterizando-se, portanto, como uma obrigação da Companhia, conforme requerido pelo IFRS9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Além disso, a reclassificação adotada é usada para adequar a essência da operação como um passivo, em razão da ausência de perenidade requerida pela Lei Societária para o Capital Social.

Dessa forma, o capital social em 31 de março de 2021 é R\$1.203.637 (R\$1.186.637 em 31 de dezembro de 2020).

As reclassificações efetuadas no Patrimônio Líquido da Companhia não produzem efeitos societários e não afetam a quantidade de ações que o Estado de Minas Gerais e demais acionistas detêm na MGI. As reclassificações foram realizadas para melhor apresentação da estrutura patrimonial da MGI à luz das Normas Contábeis.

b. Ações em tesouraria

A Companhia possui em tesouraria o montante de 35.860 ações ordinárias.

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

d. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício (quando existente), ajustado na forma da lei, conforme sua Política de Distribuição de Dividendos.

Notas Explicativas***e. Resultado líquido por ação básico e diluído***

	31/03/2021	31/03/2020
Média da quantidade de ações (em milhares)	574.439	574.439
Resultado do período	(86.720)	(162.990)
Resultado por lote de mil ações (em R\$)	(150,96)	(283,74)

Não existem instrumentos financeiros com efeitos diluidores do resultado por ação em 31/03/2021 e 31/03/2020, sendo o resultado diluído equivalente ao resultado básico.

17. Receitas

	31/03/2021	31/03/2020
Receitas de serviços	396	611
Receitas de recuperação de créditos	720	1.167
Receitas de atualização de créditos a.	9.617	13.559
Receita de participação acionária b.	267	195
Receitas de vendas de imóveis	-	74
Ajuste a valor justo de DCA 7c.	1.016	4.252
Impostos sobre serviços (ISS)	(20)	(30)
PIS/COFINS	(117)	(175)
Receita Total	11.879	19.653

- a. As receitas de atualização de créditos decorrem da atualização dos créditos autônomos cedidos, corrigidos de acordo com a legislação estadual e resoluções da SEF vigentes na celebração de cada contrato de parcelamento.
- b. As receitas de participações acionárias estão representadas por dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos decorrentes de investimentos em títulos patrimoniais, conforme segue:

	31/03/2021	31/03/2020
Copasa - parte relacionada	172	159
Gerdau	95	36
Total	267	195

Notas Explicativas**18. Custos**

	31/03/2021	31/03/2020
Pessoal	689	799
Obrigações por repasse	82	244
Serviços de terceiros	225	241
Custas judiciais	222	21
Juros sobre debêntures	a 11.746	20.427
Encargos financeiros com opções	b 23.101	14.736
Amortização de custos de transação	101	101
Ajuste amortização rec. inicial debêntures	20.211	17.740
Custos dos imóveis vendidos	c -	399
Demais custos	37	25
Custos Total	56.414	54.733

- a. Os juros decorrem das atualizações das Debêntures Subordinadas (2ª Emissão) e Debêntures de 5ª Emissão.
b. Refere-se a valores pagos pelo exercício de opções flexíveis de compra (nota 8).
c. Refere-se ao custo dos imóveis incorporados da subsidiária EMIP e vendidos no exercício.

19. Receitas e despesas financeiras

	31/03/2021	31/03/2020
Receitas Financeiras		
Receitas aplicações financeiras	897	1.868
Receitas de atualização de créditos	224	328
PIS/COFINS	(499)	(732)
	622	1.464
Despesas Financeiras		
IOF	(2)	(3)
Outras despesas	(1)	(4)
	(3)	(7)
Resultado Financeiro Líquido	619	1.457

20. Resultado de ajustes a valor justo

O quadro a seguir apresenta os valores justos dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

	Nota	31/03/2021	31/03/2020
Ajustes a valor justo			
Ganho (perda) de AVJ ações da Cemig Emprestadas	7.e	(134.491)	(404.210)
Ganho (perda) de AVJ das opções de venda	8	(5.850)	26.372
Ganho (perda) de AVJ das opções de compra	8	83.052	236.803
Ganho de AVJ dos Direitos de Crédito Autônomos	7c	3.325	642
		(53.964)	(140.393)

Notas Explicativas



21. Convênios

No período compreendido entre outubro de 2013 e dezembro de 2015, a Companhia recebeu do acionista controlador, Estado de Minas Gerais, vários aumentos de capital, totalizando o montante de R\$1.085.624, totalmente integralizado, com recursos orçamentários originários de operações de crédito contratadas pelo Estado de Minas Gerais com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e com o Banco do Brasil, com o objetivo de promover por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações, ações que visem o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

Em 2016, o Estado de Minas Gerais efetuou novos aumentos de capital, no valor total de R\$218.806, dos quais já foi integralizado o montante de R\$103.371 até 31 de março de 2021, restando R\$115.435 a ser integralizado até 31 de dezembro de 2021.

A MGI repassou aos convenientes, no 1º trimestre de 2021, o montante de R\$19 referente a acerto de prestação de contas de convênios, apurou rendimento do repasse na aplicação financeira realizada pela Conveniente, através da prestação de contas, o valor de R\$141 e efetuou gastos com publicações oficiais de R\$2. Considerando as devoluções recebidas a título de prestações de contas de convênios já encerrados, que totalizaram R\$101 no período, a variação líquida foi positiva em R\$61, de modo que o montante acumulado líquido de pagamentos passou de R\$1.169.201 em 31 de dezembro de 2020 para R\$1.169.262 em 31 de março de 2021.

Secretarias	31/12/2020	Movimentação		31/03/2021
	Saldo inicial	Pagamentos / Rendimentos	Devoluções	Saldo final
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG – SEAPA	5.063	57	(10)	5.110
Inst. Des. Do Norte e Nordeste de MG - IDENE	1.900	-	-	1.900
Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenvolvimento. Sustentável – SEMAD+ Sec. Est. Cidades e Integração Regional de MG- SECIR	89.836	15	(10)	89.841
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP	14.165	-	(2)	14.163
Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - SECULT.	20.041	5	-	20.046
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – SEINFRA	995.482	85	(79)	995.488
Sec. Est. Des. Social de MG – SEDESE	34.879	-	-	34.879
Sec. Est. Governo – SEGOV	4.235	-	-	4.235
Sec. Est. Des. Econômico SEDE	3.600	-	-	3.600
	1.169.201	162	(101)	1.169.262

Os recursos repassados, originários de aportes de capital realizados na Companhia pelo acionista controlador, Estado de Minas Gerais, são destinados a obras de apoio à infraestrutura municipal, obras de saneamento básico, reformas e ampliações de Parques de Exposições Agropecuários, recuperação e manutenção de rodovias, entre outros.

O procedimento relacionado à prestação de contas abrange sua apresentação à Secretaria Interveniente em até 90 dias após a extinção do convênio pelo fim da vigência. As análises dessas prestações de contas visam a confirmar o cumprimento do objeto do convênio e a regularidade dos gastos dos recursos repassados.

As Secretarias Intervenientes são responsáveis pela análise prévia das prestações de contas e emissão dos respectivos pareceres técnico e financeiro.

Também é de responsabilidade das Secretarias intervenientes a vistoria (*in loco*) dos objetos conveniados. A não comprovação do atingimento do objeto conveniado implica a reprovação das contas, ficando o conveniente, via de regra, impedido de receber repasses voluntários, além da instauração de Tomada de Contas Especial.

Notas Explicativas



Concluída as análises pelas Intervenientes, os convênios são encaminhados à MGI para análise financeira conclusiva e julgamento.

Conforme detalhamento nos quadros abaixo a Companhia, na referência de 31 de março de 2021, apresenta em seus controles internos o quantitativo de 1.521 convênios celebrados, e descritos da seguinte forma:

Convênios	Quantidade	Valor em R\$ mil
Convênios Vigentes	264	161.054
Vencidos, há menos de 90 dias, COM prestação de contas	1	400
Vencidos, há mais de 90 dias, com prestação de contas em análise na INTERVENIENTE	584	277.407
Vencidos, há mais de 90 dias, com prestação de contas em análise na MGI	571	731.494
Julgados reprovados	-	-
Julgados aprovados ou aprovados com ressalva	90	38.580
Em Tomada de Contas Especial (seja fase interna ou externa)	7	5.656
Encerrado	1	1.926
Prazo para apresentação de prestação de contas final está suspenso, conforme Decreto 47890/20	3	1.110
Total de Convênios Celebrados	1.521	1.217.627
(+) Gastos com Fiscalização, Monitoramento e Publicações		188
(+) Rendimento de aplicação financeira – Repasse aplicado pela Conveniente		972
(-) Devoluções Recebidas		(49.525)
(=) Saldo de Convênios em 31/03/2021		1.169.262

A Companhia realiza regulares notificações às Secretarias Intervenientes, cobrando informações quanto à apresentação de prestação de contas e quanto ao andamento das análises das contas já apresentadas. Notifica, ainda, regularmente os convenientes quanto às prestações de contas em atraso, tomando todas as medidas pertinentes a essas pendências, nos termos da legislação vigente, cumprindo as obrigações previstas no âmbito da governança estabelecida para convênios.

Após a Reforma Administrativa, conforme diretrizes da Administração, a Companhia intensificou os contatos com as Secretarias Intervenientes, a fim de alinhar as responsabilidades e as informações de situação de cada convênio, bem como propor soluções conjuntas para agilizar a solução das pendências. Adicionalmente, a Companhia tem focado de forma intensiva nas análises de prestações de contas já entregues à MGI.

Buscando segurança jurídica e análise de riscos relativos aos convênios, em junho de 2017, a Companhia contratou um escritório de advocacia para emitir um parecer, esclarecendo sobre as responsabilidades da MGI em relação aos instrumentos de convênios firmados pela Companhia, considerando o regramento aplicável, tais como os Decretos e legislação pertinentes; os Termo de Cooperação Técnica entre o Estado de Minas Gerais e a MGI; e os instrumentos firmados com as entidades (municípios, associações etc.) para a realização do objeto dos convênios.

Nesse sentido, foi tratado pelos especialistas qual a responsabilidade da MGI, os riscos e obrigações pecuniárias ou não a que a Companhia está sujeita no seu papel de gestora desses convênios à luz dessa legislação e governança estabelecida, nos casos de inadimplência previstas, tais como:

- Convênios que estão com a prestação de contas em atraso;
- Convênios que tiveram sua prestação de contas desaprovada;
- Convenientes com débitos/irregularidades perante a administração pública.

Caso haja algum risco de perda/penalidade para a MGI, qual seria o impacto e a chance de perda em uma eventual defesa (remoto, possível e provável).

Notas Explicativas



Em seu parecer, os especialistas afirmam que:

“No tocante às obrigações contratuais assumidas pela MGI, bem como no seu dever de exercer o controle interno dos contratos celebrados, existe a possibilidade de responsabilização dos administradores e empregados da Companhia pela omissão na adoção de medidas de controle interno, em especial no tocante à instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da Instrução Normativa 03/2013 e artigo 158 da Lei 6.404/76. Para tanto, concluímos que:

a) A existência de convênios vencidos, por si só, não revela qualquer irregularidade, uma vez que a legislação aplicável prevê prazos para a análise das prestações de contas ou mesmo a adoção de medidas administrativas visando o adimplemento da obrigação. Somente após o esgotamento destes prazos, caso não haja a instauração da Tomada de Contas Especial, é que surgirá a responsabilização pelos atos praticados ou omissões de seus deveres legais;

b) Havendo delegação de competências para a fiscalização da execução do convênio, seja durante sua execução ou para a análise da prestação de contas, mediante celebração de Termo de Cooperação Técnica, deve a MGI tomar as medidas necessárias para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelas Secretarias de Estado;

c) Considerando que os recursos repassados pelo Estado de Minas Gerais se deram na forma de aporte de capital e que a MGI apenas atuou como agente financeira e mandatária do Estado nos convênios celebrados, não possuindo qualquer gerência sobre as políticas públicas estaduais, não há qualquer norma garantindo ao Estado de Minas Gerais a restituição dos valores aportados;

d) Não se encontra afastada a possibilidade de responsabilização dos administradores da Companhia pela não adoção das medidas de controle interno e pelo não cumprimento das obrigações e má gestão dos recursos públicos, ficando estes civilmente responsabilizados pelos atos ilegais praticados durante a sua gestão;

e) Não existe na lei qualquer previsão quanto à responsabilização pessoal do administrador quando do cumprimento de ordens superiores, em especial se tratando a MGI de mandatária do Estado nos convênios celebrados.

Contudo, não nos parece razoável que os administradores que tenham agido conforme as determinações do acionista majoritário possam ser responsabilizados pessoalmente por prejuízos decorrentes destes atos. ”

Para fins de apresentação, os saldos relacionados a essa transação estão apresentados líquidos dos ajustes contábeis nessas informações contábeis intermediárias, conforme apresentado abaixo:

	31/03/2021	Ajuste	31/03/2021 divulgado		31/03/2021	Ajuste	31/03/2021 Divulgado
Ativo				Passivo			
Títulos e valores mobiliários	139.472	-	139.472	Obrigações por repasse - convênios	1.188.995	(1.169.262)	19.733
Ctas. a rec. de clientes e outros créd.	3.030.688	(1.169.262)	1.861.426	Outros	2.400.902	-	2.400.902
Outros	419.737	-	419.737				
Total do ativo	3.589.897	(1.169.262)	2.420.635	Total do passivo e PL	3.589.897	(1.169.262)	2.420.635

Notas Explicativas



	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020 divulgado		31/12/2020	Ajuste	31/12/2020 divulgado
Ativo				Passivo			
Títulos e valores mobiliários	185.319	-	185.319	Obrigações por repasse - convênios	1.188.995	(1.169.201)	19.794
Ctas. a rec. de clientes e outros créd.	3.168.394	(1.169.201)	1.999.193	Outros	2.568.437	-	2.568.437
Outros	403.719	-	403.719				
Total do ativo	3.757.432	(1.169.201)	2.588.231	Total do passivo e PL	3.757.432	(1.169.201)	2.588.231

As reclassificações efetuadas no Patrimônio Líquido da Companhia não produzem efeitos societários e não afetam a quantidade de ações que o Estado de Minas Gerais e demais acionistas detêm na MGI. As reclassificações foram realizadas para melhor apresentação da estrutura patrimonial da MGI à luz das Normas Contábeis.

22. Contingências não provisionadas

Os valores envolvidos em discussões administrativas e judiciais com risco estimado de perda possível não são objeto de provisão contábil e basicamente são compostas por:

a) Processos judiciais:

Os principais processos da Companhia com grau de risco considerado pelos seus assessores jurídicos como possível, está relacionado abaixo, para o qual não há provisão contábil.

- Trata-se de Ação Popular nº 6667027-86.1990.8.13.0024, proposta contra a Companhia em 1990, cujo objeto é a anulação da transferência do controle acionário do Banco Agrimisa S/A à Góes Cohabita Participações Ltda. Em caso de perda, o controle acionário do Banco Agrimisa, atualmente em liquidação extrajudicial, retornaria para a titularidade da Companhia, não havendo efeitos financeiros adversos além daqueles já contabilizados em nossas contas de provisão (vide nota 7-e). O valor atualizado da causa é de R\$58.239, atualizado pelo fator de atualização monetário do TJMG até a data dessas informações contábeis intermediárias. Não foi efetuada provisão para perda desse saldo visto que a Companhia, com base nos seus consultores jurídicos, entende que o risco de perda é considerado possível.
- Trata-se de execução provisória de honorários advocatícios nº 0914360-98.2003.8.13.0024, em 29 de agosto de 2003, proposta nos autos da Ação Popular nº 0024.90.666702-7, ainda pendente de julgamento definitivo. Foi deferido pedido de exclusão dos executados pessoas físicas Rubens de Azevedo Campelo, Luiz Fernando Gusmão Wellisch e Newton Cardoso. Suspensa até o julgamento final dos Recursos Extraordinários. Em caso de perda serão devidos os honorários advocatícios, a serem renegociados pela Companhia. O valor atualizado da causa é de R\$11.020 e está atualizado pelo fator de atualização monetário do TJMG até a data dessas informações contábeis intermediárias. Não foi efetuada provisão para perda desses saldos visto que a Companhia, com base nos seus consultores jurídicos, entende que o risco de perda é considerado possível.

Notas Explicativas



- Refere-se ao processo nº 7344228-80.2005.8.13.0024, proposto contra a Companhia em 24 de maio em 2005, cujo o objeto é a condenação no pagamento do valor atualizado de obrigações assumidas pela Companhia no contrato de compra e venda das ações representativas do controle do Banco Agrimisa S.A. (indenizações trabalhistas pagas pelo Banco e não-reembolsadas pela MGI), além de indenização por perdas e danos decorrentes desse inadimplemento contratual. A decisão judicial de segunda instância afastou a indenização por perdas e danos, manteve a condenação da MGI no pagamento das indenizações trabalhistas pagas pelo Banco e não reembolsadas pela MGI e expressamente determinou a compensação de créditos e débitos entre a MGI e a Góes Cohabita Participações Ltda. A compensação seria entre o valor da condenação atualizada aproximadamente em R\$ 180.587, e os créditos referentes a duas ações de execução contra a Góes - Nº 0761072-14.1995.8.13.0024 no valor atualizado aproximadamente em R\$ 450.170 e Nº 0217879-64.1999.8.13.0024 no valor atualizado aproximadamente em R\$ 30.305. Não foi efetuada provisão para perda desses saldos visto que a Companhia, com base nos seus consultores jurídicos, entende que o risco de perda é considerado possível, e o crédito supera o débito quando da compensação.

b) Processos administrativos:

- A Companhia é classificada como grande contribuinte pela Receita Federal, com isso, faz parte de empresas que são acompanhadas por monitoramento diferenciado. Em dezembro de 2020, a Auditoria da RFB nos solicitou, através de Termo de Constatação e Solicitação de Providências, a elaboração de retificação das Demonstrações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e das Escriturações Digitais das Contribuições Sociais (EFD Contribuições) do período de janeiro de 2017 a novembro de 2020, com o entendimento de que a Companhia apurou o PIS e COFINS sobre a Receita de Atualização de Direitos de Créditos Autônomos (Nota 17.a), utilizando alíquotas de Receita Financeira (4,65%), porém conforme entendimento do Auditor da RFB, deveria utilizar as alíquotas de contribuições sobre Receita Operacional (9,25%). Solicitou também que aplicasse para os períodos futuros a alíquota de Receita Operacional para a citada Receita. Tal procedimento acarretaria na confissão de dívida tributária estimada em R\$17.348 e aumento da carga tributária. Discutido o assunto internamente, a Companhia concluiu por discordar dos argumentos apresentados pelo Auditor Fiscal decidindo, por meio de sua Assessoria Jurídica, apresentar Manifestação de Inconformidade contestando os argumentos do Auditor Tributário Federal e agora aguarda o seu deferimento. A assessoria jurídica da Companhia entende que o risco de perda é considerado possível.

23. Instrumentos Financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

a. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Notas Explicativas



Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações contábeis intermediárias.

No trimestre findo em 31 de março de 2021, não ocorreram alterações na política de gerenciamento de riscos da Companhia.

A avaliação da Companhia sobre os riscos e potenciais impactos do COVID 19 encontra-se apresentada ao longo das informações contábeis intermediárias. Adicionalmente, as análises de sensibilidade aos riscos de mercado apresentados nessa nota explicativa, que incluem os impactos das variações de taxas de juros e preços de ações nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros, já consideram o atual cenário causado pela pandemia.

b. Estrutura do gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia foi estabelecida com base no seu Estatuto Social e em sua Política de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão. Essa política define as diretrizes a serem observadas para a gestão de riscos, controles internos e integridade.

A MGI adota o modelo das 3 linhas de defesa proposto pela Declaração de Posicionamento do Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA:

1ª linha de defesa: a primeira linha de defesa é composta pelas unidades gerenciais, competindo-lhes, entre outras atribuições manter controles internos eficazes, implementar ações corretivas para procedimentos e controles, conduzir, diariamente, procedimentos de riscos e controles inerentes a suas atividades e zelar pela aderência da equipe aos dispositivos legais e normativos internos e externos aplicáveis à sua unidade.

2ª linha de defesa: a segunda linha de defesa é formada pelo Núcleo de Gestão Estratégica e de Riscos, unidade interna de governança com previsão estatutária e dotada de autonomia e independência para atuar nas atividades de conformidade, gestão de riscos e controles internos. A essa unidade compete, entre outras atribuições, elaborar modelos e mecanismos de gestão da integridade, riscos e controles internos, alinhados ao perfil de riscos e aos objetivos estratégicos da Companhia, coordenar os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos a que a Companhia está sujeita, propor o aprimoramento de políticas, diretrizes e normas complementares, monitorar as atividades da 1ª linha de defesa e reportar à Diretoria Executiva e, quando necessário, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria Estatutário, a ocorrência de ato ou conduta em desacordo com as normas aplicáveis à Companhia.

3ª linha de defesa: a 3ª linha de defesa é composta pela Gerência de Auditoria Interna, a quem compete, entre outras atribuições, avaliar, de forma independente, a eficácia da governança, da gestão de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de gestão de riscos e controles internos. A Auditoria Interna é vinculada ao Conselho de Administração por intermédio do Comitê de Auditoria Estatutário.

Responsabilidade dos órgãos estatutários no âmbito da Política de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão:

Notas Explicativas



Diretoria Executiva: institucionalizar estruturas adequadas de governança, gestão de integridade, riscos e controles internos, com a adequada alocação de recursos humanos e financeiros, patrocinar a disseminação da cultura da integridade, gestão de riscos e controles internos, supervisionar o mapeamento e avaliação de riscos que possam comprometer a realização dos objetivos estratégicos da Companhia e propor ao Conselho de Administração o perfil de riscos da Companhia.

Comitê de Auditoria Estatutário: supervisionar as atividades desenvolvidas na unidade de auditoria interna, avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, bem como a adequação dos mecanismos de gestão da integridade, riscos e controles internos, recomendar a correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos.

Conselho de Administração: definir o perfil de riscos da Companhia, em alinhamento com os objetivos estratégicos e os interesses dos acionistas, implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a MGI, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude, aprovar as políticas e normas de gestão da integridade, riscos e controles internos e suas revisões.

O processo de identificação, classificação e avaliação de riscos da Companhia é realizado com a participação de todos os colaboradores e coordenação do Núcleo de Gestão Estratégica e de Riscos. A avaliação de riscos é realizada com base em matriz de calor, em que o risco é avaliado como baixo, médio, alto ou extremo, com base nos eixos de probabilidade e de impacto.

c. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultante da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber e de instrumentos financeiros:

(i) Direitos de Crédito Autônomos (nota 7.c)

Os Direitos de Crédito Autônomos apresentam um risco de crédito com alto grau de probabilidade, uma vez que, pela própria natureza da carteira, composta por parcelamentos de créditos tributários inscritos ou não em dívida ativa, existe uma tendência de aumento da inadimplência ao longo do tempo.

O impacto desse risco seria a insuficiência de recursos para liquidação das debêntures subordinadas, emitidas para aquisição da carteira, uma vez que a terceira emissão de debêntures, também vinculada aos direitos creditórios, foi liquidada em 2017. A escritura de emissão das debêntures subordinadas prevê a possibilidade de liquidação mediante dação em pagamento do saldo da carteira, sendo que, em caso de resgate antecipado, a diferença entre o saldo credor da carteira e o saldo devedor das debêntures subordinadas será computado como prêmio pago pela Emissora. Nesse caso, o impacto para a Companhia será meramente contábil, pois não haverá desembolso financeiro.

A fim de assegurar a fidedignidade das informações contábeis intermediárias, a Companhia apura, trimestralmente, o valor justo da carteira, levando em consideração a estimativa de perda ao valor recuperável, a amortização do ajuste a valor justo no reconhecimento inicial e o prêmio previsto no caso de resgate antecipado das debêntures subordinadas.

Notas Explicativas



(ii) Créditos a receber – Góes Cohabita – nota 7.d

A Companhia mantém registrada provisão para perdas de 100% dos créditos a receber decorrentes de contrato de mútuo celebrado com a Góes Cohabita Participações Ltda. conforme decisão do Conselho de Administração da Companhia em 20 de junho de 2002 em decorrência da execução judicial e da incerteza jurídica de sua realização.

(iii) Outras contas a receber

As demais contas a receber da Companhia, detalhadas na nota 7, não possuem grau de impacto ou de probabilidade que configurem um risco de crédito relevante.

(iv) Ativos financeiros (notas 5, 6, 7.e e 8)

Os ativos financeiros da Companhia são compostos por contas correntes, aplicações financeiras constituídas por Certificados de Depósitos Bancários e Fundos de Investimento em Renda Fixa, com liquidez e rentabilidade diárias, e opções flexíveis de venda sobre ações preferenciais de emissão da Cemig.

A Companhia avalia os riscos desses ativos como baixos, com base na natureza de cada ativo e no rating das instituições financeiras em que esses ativos são mantidos, conforme descrito abaixo:

Perfil dos Ativos Financeiros – Controladora					
Ativo	Posição em 31/03/2021	Posição em 31/12/2020	Instituição Financeira	Rating Atual	Agência
Caixa MGI	1	2	N/A	N/A	N/A
Conta Corrente	10	126	Itaú	Aa1	Moody's
Conta Corrente	10	-	Banco do Brasil	Aa1	Moody's
Aplicação Financeira	14.800	12.082	Banco do Brasil	Aa1	Moody's
Aplicação Financeira	16.637	13.079	Itaú	Aa1	Moody's
Aplicação Financeira	10	10	Caixa Econômica Federal	Aa1	Moody's
Aplicação Financeira	132.000	177.945	Banco Credit Suisse Brasil	(*)	N/A
Opções Flexíveis de Venda	20.007	25.857	Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento	(*)	N/A
Direitos Creditórios - Empréstimo de ações	1.041.929	1.217.538	Banco de Investimentos Credit Suisse	AAA	Fitch
Total	1.225.404	1.446.639			

(*) Não foi localizada avaliação de rating do Banco Credit Suisse Brasil e do Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento, porém, o Conglomerado Credit Suisse no Brasil é uma instituição financeira reconhecida e consolidada e possui ótimo Índice de Basileia (15% em 30 de setembro de 2020).

Destacamos que a Companhia encerrou sua conta na instituição Mercantil do Brasil, de modo que, atualmente, todas as contas correntes e aplicações financeiras da MGI estão em bancos com rating Aa1 pela Agência Moody's.

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia de encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações financeiras, que são liquidadas com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações dentro do prazo de vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Notas Explicativas



A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados.

Trimestre findo em 31/03/2021						
Passivo financeiro	Imediato	Menos de 3 meses	3 a 12 Meses	1 a 5 Anos	> 5 anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	226	-	-	-	-	226
Debêntures Subordinadas	-	-	-	966.743	-	966.743
Debêntures 5ª Emissão	-	-	54.172	240.760	260.595	555.527
Obrigações por repasse	-	268	28.937	2.360	-	31.565
Contrato de opções flexíveis	-	-	33.949	268.860	97.175	399.984
Total	226	268	117.058	1.478.723	357.770	1.954.045

Exercício findo em 31/12/2020						
Passivo financeiro	Imediato	Menos de 3 meses	3 a 12 Meses	1 a 5 Anos	> 5 anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	186	-	-	-	-	186
Debêntures Subordinadas	-	-	-	942.078	-	942.078
Debêntures 5ª Emissão	-	-	62.387	240.760	284.570	587.717
Obrigações por repasse	-	267	29.062	2.427	-	31.756
Contrato de opções flexíveis	-	21.944	23.926	297.935	139.231	483.036
Total	186	22.211	115.375	1.483.200	423.801	2.044.773

A MGI realiza, periodicamente, análise de liquidez da Companhia, com base nas informações financeiras consolidadas. A Companhia apresenta suficiência de recursos para cumprimento de obrigações de curto e de longo prazo. O índice de liquidez geral, que mede a capacidade da Companhia para quitar a totalidade de suas obrigações, é de 1,15 na posição de 31 de março de 2021 (1,19 em 31 de dezembro de 2020). Isso significa que, a cada R\$1,00 de obrigações registradas no Passivo Total, a Companhia possui R\$1,15 no seu Ativo (excluídos os valores de investimentos, imobilizado e intangível). Já o índice de liquidez seca, que mede a capacidade de honrar as obrigações de curto prazo, é de 2,28 em 31 de março de 2021 (2,05 em 31 de dezembro de 2020), o que indica que, a cada R\$1,00 de obrigações registradas no Passivo Circulante, a Companhia possui R\$2,28 no Ativo Circulante (excluídos os imóveis mantidos para a venda). A análise realizada é qualitativa e quantitativa. Em relação aos ativos vinculados a obrigações específicas, o cálculo dos índices de liquidez reflete a correta proporção entre ativo e passivo circulante e não circulante.

Os passivos da Companhia mais suscetíveis a riscos de liquidez são as debêntures de 5ª emissão e as opções flexíveis de compra, tendo em vista que a principal receita para cumprimento dessas obrigações são os proventos recebidos da CEMIG, que é uma variável exógena à Companhia, e que o valor de liquidação das opções é atrelado a variáveis de mercado. Em que pese os indicadores de liquidez mostrarem-se satisfatórios até o momento, a Companhia monitora continuamente os riscos de liquidez, em conjunto com os riscos de mercado, para definir a melhor estratégia de mitigação desses riscos a longo prazo.

As debêntures subordinadas não apresentam risco de liquidez, uma vez que poderão ser quitadas mediante dação em pagamento da carteira de Direitos de Crédito Autônomos.

Notas Explicativas



e. *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia avalia, separadamente, seus riscos relacionados ao mercado de capitais e os riscos relacionados a taxas de juros, os quais serão descritos a seguir. A MGI não possui riscos cambiais, pois nenhuma de suas operações está vinculada com moeda estrangeira.

f. *Risco relacionado ao mercado de capitais*

Os riscos de mercado mais relevantes para a Companhia são as variações na cotação das ações preferenciais de emissão da Cemig (“CMIG4”), bem como o *dividend yield* dessas ações, que interferem nos parâmetros das opções flexíveis sobre ações, no Índice de Cobertura da 5ª emissão de debêntures e no retorno obtido sobre a participação acionária.

A Companhia apura, trimestralmente, o valor justo das opções de compra e venda e vem monitorando o risco de mercado com base em análise de cenários, de modo que a Administração possa tomar as melhores decisões em relação aos riscos e oportunidades vinculados a esses instrumentos.

g. *Risco relacionado à taxa de juros*

A Companhia adota política de aplicação de 100% de seus recursos em fundos de renda fixa (atrelados a títulos públicos) e CDBs.

Na data das informações contábeis intermediárias, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Indexador CDI	Controladora	
	31/03/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras	23.975	17.797
Aplicações financeiras vinculadas	139.472	185.319
Total de direitos creditórios (a)	966.744	942.079
Debêntures	(1.522.270)	(1.529.795)
Saldo líquido de exposição	(392.079)	(384.600)

- (a) Os Direitos Creditórios são indexados à taxa SELIC, contudo, dado o histórico de mercado das variações dos CDIs e da taxa SELIC, observa-se que os dois indexadores possuem comportamentos e níveis de taxas significativamente próximos, o que, por sua vez, espera-se que esta relação ainda se confirme para os períodos seguintes. Assim, ao incluir o “Total de direitos creditórios” nesta composição, adotamos o DI como uma variável proxy (termo estatístico utilizado para denominar uma variável que teoricamente substitua outra de forma satisfatória) do indexador Selic.

Conforme se infere do saldo líquido de exposição, a Companhia está exposta ao risco de elevação da taxa de juros representada pelo CDI.

Foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração, o cenário de realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da B3. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Notas Explicativas



- Análise de sensibilidade - Taxa de juros.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas DI-PRE divulgada pela B3 em 31 de março de 2021, apurando-se o impacto nas despesas financeiras atreladas à taxa de juros, subtraídas as receitas financeiras atreladas ao mesmo indexador, no período de 1 ano, conforme segue:

(Aumento das despesas financeiras líquidas - em milhares de reais)				
	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Impacto no Saldo Líquido	Aumento do CDI	-	2.598	5.195
Premissas para a análise de sensibilidade:				
Variável de risco		Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI (% a.a.) *		2,65	3,31	3,98

* A curva de DI-PRE reflete a expectativa do mercado quanto ao comportamento futuro das taxas DI e tem característica não linear, ou seja, suas variações são de forma não uniforme ao longo do tempo, portanto, os valores indicados do CDI nos cenários indicam a taxa inicial da curva, dada a deterioração dos cenários.

A Administração considera que o risco relativo à taxa de juros vigentes encontra-se em um patamar aceitável e a taxa de juros está bem próxima à projetada pelo Relatório de Mercado Focus divulgado em 26 de março de 2021, no qual a projeção da Selic para 12 meses é de 6,00%.

h. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data desse relatório não alteraria o resultado.

i. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável

A Companhia possui investimentos em Instrumentos Patrimoniais, ações da CEMIG, COPASA e GERDAU, listados na Bolsa de Valores de São Paulo, classificados no nível 1 da hierarquia pelo valor justo.

Para os investimentos na Cemig, sob custódia e emprestadas, cada ponto percentual de variação no valor da ação representa uma alteração proporcional de 2,47% do Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de março de 2021, e para os investimentos na Copasa, a mesma variação alteraria o Patrimônio Líquido em apenas 0,01%.

Instrumentos Patrimoniais	Valor justo em 31/03/2021	Variação de um ponto percentual na cotação	Impacto no PL
Cemig	139.118	918	0,20%
Copasa	7.006	46	0,01%
Cemig Emprestadas	1.041.929	10.419	2,27%
Gerdau	1.796	12	0,003%

Notas Explicativas



Em relação aos contratos de opções flexíveis sobre ações da CEMIG, a alta da cotação é prejudicial à Companhia, pois aumenta as chances de que a MGI pague pelas opções de compra e reduz a possibilidade de recebimento pelas opções de venda. A Companhia avaliou o impacto do aumento da cotação das ações sobre os valores a pagar ou a receber pelos contratos de opções no período de 12 meses, mantendo-se constantes todas as demais variáveis. Foi considerado, como cenário provável, a cotação média da ação nos últimos 10 pregões que antecederam a data-base dessas demonstrações. Para os cenários II e III, considerou-se aumentos de 25% e de 50%, respectivamente, sobre essa cotação média.

Análise de sensibilidade dos valores a pagar e a receber, em 12 meses, relativos aos contratos de opções flexíveis				Cenário (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
				13.03	16.29	19.55
Opções de Compra	Quantidade de Opções	Preço de Exercício	Valor Justo em 31 de março de 2021	Aumento (redução) do valor a pagar em 12 meses		
Tranche vincenda em 13/07/2021	5.330.927	10,16	15.796	(496)	16.883	34.261
Tranche vincenda em 13/01/2022	5.330.927	10,16	18.153	(2.853)	14.526	31.904
		Total	33.949	(3.349)	31.409	66.165
Opções de Venda	Quantidade de Opções	Preço de Exercício	Valor Justo em 31 de março de 2021	Aumento (redução) do valor a receber em 12 meses		
Tranche vincenda em 13/07/2021	5.330.927	4,98	-	-	-	-
Tranche vincenda em 13/01/2022	5.330.927	4,98	25	-	-	-
		Total	25	-	-	-

j. Gestão de capital

O objetivo da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do mercado e credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

Os recursos de caixa e equivalentes de caixa são aplicados somente em bancos de primeira linha, em fundos conservadores de liquidez imediata, geralmente atrelados a títulos públicos federais.

Na posição de 31 de março de 2021, o capital de terceiros representa 428% do Patrimônio Líquido da Companhia. No período ocorreu alteração significativa em relação à posição consolidada de 31 de dezembro de 2019, quando esse índice era de 387%, devido principalmente à perda de AVJ nos investimentos em Instrumentos Patrimoniais da Companhia. Do total de capital de terceiros, em 31 de março de 2021, apenas 6,10% corresponde a obrigações de curto prazo.

Apresentamos, abaixo, a natureza do passivo da Companhia:

Natureza	Nota	Capital de terceiros			
		31/03/2021	%	31/12/2020	%
Passivo circulante					
Passivo Operacional (*)		31.123	1,6	33.906	1,6
Opções Flexíveis de Compra	8	33.949	1,7	45.870	2,2
Debêntures com Garantia Real (5ª emissão)	13	54.172	2,8	62.387	3,0
Subtotal Passivo Circulante		119.244	6,1	142.163	6,9
Passivo Operacional (*)		8.559	0,4	10.138	0,5
Opções Flexíveis de Compra	8	366.035	18,7	437.166	21,3
Debêntures subordinadas (2ª emissão)	13	966.743	49,3	942.078	45,8
Debêntures com Garantia Real (5ª emissão)	13	501.355	25,6	525.330	25,5
Subtotal Passivo não circulante		1.842.692	93,9	1.914.712	93,1
Passivo Total		1.961.936	100	2.056.875	100,0

(*) O passivo operacional é composto por fornecedores a pagar; salários e encargos sociais a pagar; tributos a recolher; obrigações por repasse e passivo fiscal diferido.

Notas Explicativas



k. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

Com a implementação do Núcleo de Gestão Estratégica e de Riscos e a adoção do Modelo das Três Linhas de Defesa, a Companhia passou a adotar práticas mais estruturadas e sistêmicas de Gerenciamento de Riscos e Compliance, buscando assegurar que os riscos sejam mantidos em patamares aceitáveis.

As práticas incluem a identificação, análise e avaliação de riscos, definição de resposta aos riscos, implementação ou aprimoramento de políticas, procedimentos e controles internos, monitoramento, comunicação e treinamento.

Em razão da pandemia causada pelo COVID-19, a Companhia elaborou plano de contingência com o intuito de proteger a saúde de seus colaboradores, e, ao mesmo tempo, manter suas atividades operacionais e administrativas em pleno funcionamento. Aderindo às recomendações do Comitê Extraordinário COVID-19, instituído pelo Governo do Estado de Minas Gerais, a Companhia implementou gradativamente o regime de teletrabalho para os seus colaboradores a partir de 16 de março de 2020, com gradual adesão, a começar pelos grupos mais vulneráveis ao risco. Na data de divulgação dessas informações, a adesão ao regime de teletrabalho corresponde a cerca de 80% do quadro de colaboradores, com retomada gradual da atividade presencial na Companhia, observando ao Plano de enfrentamento a epidemia, Minas Consciente e observando suas recomendações e protocolos. Por meio de tecnologias de trabalho remoto e comunicação virtual, a Companhia vem mantendo suas operações em pleno funcionamento.

Notas Explicativas

**Valor justo**

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	31/03/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ao Custo Amortizado	1.160.059	1.160.059	1.174.925	1.174.925
Caixa e equivalente de caixa	23.996	23.996	17.925	17.925
Títulos e valores mobiliários	139.472	139.472	185.319	185.319
Contas a receber de clientes (exceto DCA e Credit)	29.847	29.847	29.602	29.602
Direitos de Créditos Autônomos - DCA	966.744	966.744	942.079	942.079
Ao Valor Justo por meio do resultado	1.061.936	1.061.936	1.243.395	1.243.395
Direitos Creditórios Credit Suisse	1.041.929	1.041.929	1.217.538	1.217.538
Contratos de opções flexíveis	20.007	20.007	25.857	25.857
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	166.765	166.765	130.307	130.307
Outros investimentos	166.765	166.765	130.307	130.307
Passivo Financeiro ao custo amortizado	1.554.061	1.554.061	1.561.737	1.561.737
Fornecedores	226	226	186	186
Obrigações por repasse	31.565	31.565	31.756	31.756
Debêntures	1.522.270	1.522.270	1.529.795	1.529.795
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	399.984	399.984	483.036	483.036
Contratos de opções flexíveis	399.984	399.984	483.036	483.036

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Títulos e valores mobiliários** - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação de índices de mercado pré-determinados quando da contratação (IGPM e CDI).

Notas Explicativas



- **Contas a receber de clientes e Direitos de créditos autônomos** - são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- **Fornecedores** - são obrigações financeiras com prestadores de serviço e fornecedores de materiais. Reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, na prática, são reconhecidos ao valor da fatura correspondente.
- **Debêntures** – são títulos de dívida que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. Com relação às debêntures subordinadas, foram reconhecidas inicialmente pelo valor justo e após são mensuradas ao custo amortizado utilizando-se o método dos juros efetivos. Para as debêntures de 5ª emissão, a Companhia considerou o valor justo substancialmente igual ao contábil.
- **Obrigação por repasse**-as obrigações por repasse decorrem de recursos financeiros de terceiros recebidos e pendentes de repasse. Seu valor justo aproxima-se ao valor contábil em função de seu reduzido prazo de vencimento. Para certas obrigações cujo vencimento ocorrerá em longo prazo, a remuneração sobre esses passivos é paga mensalmente pela Companhia e, portanto, o valor contábil aproxima-se do valor justo.

Taxas de juros utilizadas para determinar o valor justo no reconhecimento inicial

Conforme nota explicativa 1, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012, do EMG, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários. Os créditos foram reconhecidos pelo valor justo no reconhecimento inicial no montante de R\$1.086.443.

O valor justo dos créditos foi calculado usando fluxos de caixa esperados e as taxas de desconto ajustada ao risco com base na média ponderada das faixas de probabilidade do Grupo de resultados possíveis. *Inputs* e premissas essenciais utilizados no modelo em 24 de julho de 2012 incluem o seguinte:

- Taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa foi baseada na taxa de juros livre de risco para títulos de 10 anos emitidos pelo Tesouro, ajustada para um prêmio de risco para refletir os riscos relacionados a uma carteira de créditos, o risco sistemático da carteira e o risco de inadimplência, considerando que este não foi refletido nos fluxos de caixa.
- Os efeitos favoráveis e desfavoráveis do uso de premissas alternativas razoavelmente possíveis foram calculados pelo ajuste aos valores-modelo usando estimativas alternativas de fluxos de caixa esperados e as taxas de desconto ajustadas ao risco que poderia razoavelmente ter sido considerada por um participante de mercado para efeitos de precificação dos instrumentos no final do período de relatório.
- As taxas de juros, utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, baseadas na curva de rendimento de títulos do governo no final do período de relatório, mais uma margem de crédito definida em 3,92% que reflete uma volatilidade de um modelo.

Notas Explicativas



Avaliação de inputs

O nível na hierarquia de valor justo dentro do qual uma mensuração de valor justo é classificada em sua totalidade deve ser determinada na base do *input* de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo em sua totalidade. A operação de emissão descrita, em seu momento inicial foi mensurada ao valor de mercado e possui no método para aplicação de técnica de mensuração *inputs* não observáveis em mercado, sendo estes ajustados de forma particular em conformidade com as características e perfil de risco associados à operação, sendo esta mensuração de Nível 3.

1. Hierarquia pelo valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de certos ativos financeiros. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- (i) Nível 1 - Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- (ii) Nível 2 - Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- (iii) Nível 3 - Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

Ativos financeiros designados ao valor justo	Nota	Saldo em 31/03/2021	Valor justo em 31 de março de 2021	
			Mercado Ativo - Preço cotado (Nível 1)	Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (Nível 2)
Contas a receber - Credit Suisse	7.e	1.041.929	1.041.929	-
Contratos de opções flexíveis	8	20.007	20.007	-
Investimentos em Cias Abertas - Cemig, Copasa e Gerdau S.A.	11	147.920	147.920	-
Investimentos em Cias Fechadas - Grupo Gerdau, Codemge e BDMG	11	18.845	-	18.845
		1.228.701	1.209.856	18.845

A nota explicativa 11 apresenta a reconciliação dos saldos iniciais e finais dos instrumentos financeiros avaliados a valor justo no nível 1 da hierarquia do valor justo, cujos registros foram efetuados em outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas



As Companhias Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Codemge e Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, não são empresas listadas em bolsa de valores e, consequentemente, os preços de mercado de suas ações não estão disponíveis. Para esses investimentos, a Companhia executa os seguintes procedimentos para assegurar que os valores contabilizados não excedem o seu valor recuperável: (a) para empresas que publicam suas informações contábeis intermediárias, a mensuração é feita por meio de consulta às DF's publicadas. (b) para empresas que não publicam suas demonstrações financeiras, é realizada consulta ao departamento de relações com investidores para se obter o valor patrimonial das ações. Dessa forma, esses investimentos em instrumentos patrimoniais foram mensurados pelo valor de custo histórico, limitado ao seu valor patrimonial atual, pois é a forma mais confiável para estimar o seu valor justo.

24. Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2021, a cobertura de seguros contratados pela Companhia era composta por:

Natureza do Seguro	31/03/2021	31/12/2020
Responsabilidade Civil	3.000	3.000
Patrimonial	630	1.400
TOTAL	3.630	4.400

As premissas de riscos adotadas pela Companhia para contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de informações contábeis intermediárias, consequentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

25. Dados Operacionais e Financeiros das Atividades Relacionadas à Consecução dos Fins de Interesse Coletivo

Em atendimento ao disposto no inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 13.303/16 e no inciso VI do artigo 13 do Decreto Estadual nº 47.154/17, informamos que as principais atividades desempenhadas pela Companhia atualmente, em atendimento ao interesse coletivo, é a gestão de ativos, que compreende a recuperação de créditos e a administração e a alienação de bens imóveis, abrangendo:

- (a) Ativos próprios adquiridos pela MGI por meio de contrato de cessão com os bancos privatizados BEMGE e CREDIREAL e pela incorporação da EMIP, correspondentes a 22.486 créditos e 37 imóveis, que geraram receitas de R\$720 no período.
- (b) Ativos do Estado de Minas Gerais administrados pela Companhia mediante contratos de prestação de serviços. Atualmente, a Companhia administra 1.419 créditos em liquidação e 819 imóveis recepcionados pelo EMG em decorrência da extinção da Minascaixa e da privatização dos bancos Bemge e Credireal, bem como 60 imóveis não de uso, de propriedade da administração direta do EMG. No período dessas informações contábeis intermediárias, a MGI repassou ao EMG o montante de R\$390 referente a recuperação de créditos e venda de imóveis, propiciando arrecadação de receitas para os cofres públicos e redução das despesas inerentes a esses ativos.

Outras atividades desempenhadas pela Companhia para a consecução do interesse coletivo são a emissão de debêntures subordinadas (Nota 12) com recursos utilizados para compra de direitos de crédito autônomos do Estado de Minas Gerais (Nota 7.c), debêntures simples de quinta emissão (Nota 6 e 12), que reestruturou a quarta emissão, cujos recursos foram destinados a programas sociais previstos no Plano Plurianual de Ação Governamental do Estado de Minas Gerais, e promover por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações ações que visem o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

Notas Explicativas



26. Eventos Subsequentes

Distribuição de dividendos e aumento de capital - CEMIG

Em 30 de abril de 2020, a CEMIG, em Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária (AGOE), deliberou o seguinte:

- Ratificação da distribuição de JCP ocorrida em setembro e dezembro de 2020, já contabilizada pela Companhia, cujo valor líquido de R\$28.089 será creditado em duas parcelas iguais, a primeira até 30 de junho de 2021 e a segunda até 30 de dezembro de 2021.
- Distribuição de R\$928.658 mil na forma de dividendos de 2020, o que corresponde a R\$0,61169613494 por ação. Deste valor, a MGI receberá R\$55.445 a ser pago em duas parcelas iguais, a primeira até 30 de junho de 2021 e a segunda até 30 de dezembro de 2021. O valor dos proventos correspondentes às ações emprestadas ao Credit Suisse será registrado na rubrica Contas a Receber – Credit Suisse, por força do Contrato de Empréstimo de ações, conforme explanado na nota 7.e.
- Aumento do Capital Social com emissão de novas ações, gerando a distribuição aos acionistas de bonificação de 11,496899948%, em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$5,00, das quais a MGI receberá a quantidade de 10.420.859 ações.

Em decorrência dos proventos distribuídos pela CEMIG, os parâmetros das opções flexíveis sobre ações foram reajustados, passando para um quantitativo de 93.280.049 opções de compra, com preço de exercício R\$8,7067, e 93.280.049 opções de venda, com preço de exercício R\$4,2663.

Como consequência, a MGI necessitará realizar empréstimo adicional de 4.122.760 ações ao Credit Suisse, para igualar o quantitativo de ações emprestadas ao quantitativo de opções, o que será efetuado com as ações da CMIG4 sob poder da Companhia. Não haverá impacto financeiro, pois, a Companhia emprestará as ações bonificadas e parte das ações devolvidas da 5ª tranche das opções.

Notas Explicativas



Conselho de Administração

Fabio Rodrigo Amaral de Assunção - Presidente
Andresa Linhares de Oliveira Nunes - Vice-Presidente
Eduardo Guardiano Leme Gotilla - Membro
Andrea Riechert Senko - Membro
Ricardo Lopes de Alvarenga - Membro
Silvia Caroline Listgarten Dias - Membro

Diretoria Executiva

Weverton Vilas Boas de Castro - Diretor-Presidente
Nilma Alves dos Santos Gonçalves - Diretora Administrativo-Financeira e de Relação com Investidores
Danielle Cristine de Faria - Diretor de Negócios

Contador responsável

Jefferson Lucas de Melo
CRC/MG 110.042/O-8

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos
Acionistas e Administradores da
MGI Minas Gerais Participações S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da MGI - Minas Gerais Participações S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte (MG), 13 de maio de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Bruno Costa Oliveira
Contador CRC-1BA031359/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração para fins do Artigo 25, § 1º, VI da Instrução CVM 480/09.

Declaramos, na qualidade de diretores da MGI – Minas Gerais Participações S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.296.342/0001-29 (“Companhia”), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações trimestrais individuais do período findo em 31 de março de 2021.

Belo Horizonte, 13 de maio de 2021.

Weverton Vilas Boas de Castro
Diretor Presidente

Nilma Alves dos Santos Gonçalves
Diretora Administrativo-Financeira e de Relação com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Declaração para fins do Artigo 25, § 1º, VI da Instrução CVM 480/09.

Declaramos, na qualidade de diretores da MGI – Minas Gerais Participações S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.296.342/0001-29 (“Companhia”), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, referente às informações trimestrais individuais do período findo em 31 de março de 2021.

Atenciosamente,

Belo Horizonte, 13 de maio de 2021.

Weverton Vilas Boas de Castro
Diretor Presidente

Nilma Alves dos Santos Gonçalves
Diretora Administrativo-Financeira e de Relação com Investidores